CONSUMIDOR

nudecon@defensoria.to.def.br | www.defensoria.to.def.br

Número XIII – Julho 2020

Caros Defensores (as) Públicos (as) e servidores:

Por meio dos Informativos NUDECON pretendemos levar ao conhecimento dos colegas as notícias e jurisprudência recente em matéria consumerista, extraída, sobretudo, de julgados emanados do STF e do STJ. Buscamos, ainda, apresentar, quando pertinentes, inovações legislativas no âmbito do Direito do Consumidor e notícias que possam guardar relação com as atribuições dos Defensores Públicos do Estado.

Sugestões para a elaboração e aprimoramento desse Informativo podem ser encaminhadas para o endereço eletrônico nudecon@defensoria.to.def.br

Navegando pelo Índice

Para ler o conteúdo relacionado no índice, basta segurar a tecla **Ctrl** e clicar sobre o tema desejado.

ÍNDICE

CONTRATOS BANCÁRIOS:	7
1.1 - TJMG - JUIZ DE BH MANDA BANCOS EXPLICAREM INFORMAÇÕES SOBRE PRORROGAÇÃO DE DÍVIDAS.....	7
1.2 - TJMG - INDÚSTRIA SIDERÚRGICA TERÁ PROTESTOS SUSPENSOS POR TEMPO INDETERMINADO	7
1.3 - TJSP - METALÚRGICA TEM PROTESTOS DE TÍTULO SUSPENSOS EM RAZÃO DA PANDEMIA.....	7
1.4 - TJPR - JUIZ DE CURITIBA DEFERE PEDIDO PARA CASAL ADIAR O PAGAMENTO DE FINANCIAMENTO DE UM IMÓVEL	7
1.5 - TJPI - DEFENSORIA DO PIAÚ CONSEGUE LIMINAR FAVORÁVEL A AÇÃO REVISIONAL DE COMPRA DE VEICULO FINANCIADO DEVIDO A CRISE ECONOMICA CAUSADA PELA PANDEMIA DE COVID-19.	8
1.6 - TJSP - POR COVID-19, JUIZ SUSPENDE PAGAMENTO DE DÍVIDA BANCÁRIA DE EMPRESA	8
1.7 - JF-DF - CONTRA INÉRCIA BANCÁRIA, JUIZ DO DF PROÍBE AUMENTO DE JUROS DURANTE EPIDEMIA	8
1.8 - TJSP - REDE VAREJISTA CONSEGUE SUSPENSÃO DE JUROS E PARCELAS DE EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS	9
CONTRATOS EDUCACIONAIS:	9

CONSUMIDOR

nudecon@defensoria.to.def.br | www.defensoria.to.def.br

Número XIII – Julho 2020

2.1 - TJTO – 26/06/2020 - JUSTIÇA MANDA FACULDADE DAR DESCONTO DE 50% EM MENSALIDADES DE ESTUDANTES DE MEDICINA DURANTE AULAS REMOTAS.....	9
2.2 - TJTO – 29/06/2020 - JUIZ SUSPENDE LEI QUE REDUZ MENSALIDADES PARA TODAS INSTITUIÇÕES FILIADAS EM SINDICATO	9
2.3 - TJRJ - DESEMBARGADOR SUSPENDE AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE, PROPOSTA NO ÓRGÃO ESPECIAL, REFERENTE À LEI ESTADUAL QUE PREVÊ A REDUÇÃO DE MENSALIDADES ESCOLARES, DURANTE A PANDEMIA, ATÉ DECISÃO FINAL A SER PROFERIDA NA ADI EM CURSO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	10
2.4 - TJRJ - TUTELA DE URGÊNCIA É CONCEDIDA PARA A REDUÇÃO DO VALOR DA MENSALIDADE DE ESCOLA CARIOCA EM 30%, ENQUANTO DURAREM OS EFEITOS DA PANDEMIA DA COVID-19 E O ENSINO A DISTÂNCIA	11
2.5 - TJRJ - JUÍZA SUSPENDE, LIMINARMENTE, DESCONTO DE 30% NAS MENSALIDADES DE ESCOLAS E UNIVERSIDADES FLUMINENSES.....	11
2.6 - TJRJ - PERCENTUAL DE DESCONTO EM MENSALIDADE AOS ALUNOS DO 5º ANO DO CURSO DE MEDICINA É MAJORADO DE 15% PARA 50%.....	11
2.7 - TJRJ - JUSTIÇA DO RIO CONCEDE DESCONTO EM MENSALIDADE PARA ALUNOS DE MEDICINA.....	12
2.8 - TJRJ - ALUNOS DE MEDICINA OBTÊM DESCONTO DE 50% NAS MENSALIDADES, DURANTE O PERÍODO DE PANDEMIA DA COVID-19	12
2.9 - TJRJ - JUSTIÇA DO RIO DETERMINA REDUÇÃO DO VALOR DE MENSALIDADE DE UNIVERSIDADE	13
2.10 - TJRJ - PERCENTUAL DE DESCONTO EM MENSALIDADE ESCOLAR É REDUZIDO DE 25% PARA 15%, A FIM DE QUE O ÔNUS GERADO PELA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS SEJA SUPOSTADO POR AMBAS AS PARTES	13
2.11 - TJRJ - MANTIDA DECISÃO QUE CONCEDEU ABATIMENTO DAS MENSALIDADES EM CURSO DE MEDICINA, EM RAZÃO DA SUSPENSÃO DE AULAS PRÁTICAS EM UNIVERSIDADE DA BAIXADA FLUMINENSE	13
2.12 - TJRJ - 11/05/2020 - MANTIDA DECISÃO QUE CONCEDEU ABATIMENTO DAS MENSALIDADES EM CURSO DE MEDICINA, EM RAZÃO DA SUSPENSÃO DE AULAS PRÁTICAS EM UNIVERSIDADE DA BAIXADA FLUMINENSE.....	14

CONSUMIDOR

nudecon@defensoria.to.def.br | www.defensoria.to.def.br

Número XIII – Julho 2020

2.13 - TJRJ - TUTELA ANTECIPADA É CONCEDIDA PARA REDUÇÃO DE MENSALIDADE EM CURSO UNIVERSITÁRIO.....	14
2.14 - TJSC - ALUNO DO ENSINO INFANTIL (MATERNAL II) CONSEGUE NA JUSTIÇA REDUÇÃO NA MENSALIDADE ESCOLAR EM RAZÃO DA SUSPENSÃO DAS AULAS PRESENCIAIS (DESCONTO DE 30%). A DECISÃO É DA JUSTIÇA DE SANTA CATARINA.....	14
LOCAÇÃO:.....	15
3.1 - TJRJ - JUÍZA PERMITE QUE EMPRESA RETIRE SEUS BENS MÓVEIS E DESMONTE QUIOSQUE EM SHOPPING CENTER	15
3.2 - TJRJ - DEFERIDA, PARCIALMENTE, TUTELA RECURSAL, PARA DETERMINAR A SUSPENSÃO DO PAGAMENTO DE 50% DE ALUGUÉIS, POR PARTE DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL, ATÉ A AUTORIZAÇÃO DA REABERTURA DO COMÉRCIO PELO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU	15
3.3 - TJRJ - DESEMBARGADOR DETERMINA A SUSPENSÃO DOS ALUGUÉIS DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE, ENQUANTO DURAREM AS RESTRIÇÕES SANITÁRIAS PROVOCADAS PELA COVID-19.....	15
3.4 - TJSC - DESPEJO DE FAMÍLIA EM JARAGUÁ DO SUL É PRORROGADO POR MAIS 90 DIAS, DEVIDO À COVID-19.....	16
3.5 - TJ-GO - COVID-19: JUSTIÇA CONCEDE DESCONTO EM ALUGUEL DE RESIDÊNCIA - O POPULAR.....	16
3.6 - TJSP - COVID-19: DEFENSORIA PÚBLICA OBTÉM LIMINAR QUE AUTORIZA PAGAMENTO DE 30% DO VALOR DE ALUGUEL A MULHER DESEMPREGADA	17
3.7 - TJSC - DECISÃO JUDICIAL REDUZ VALOR DO ALUGUEL MENSAL EM SHOPPING CENTER.....	17
3.8 - TJRJ - JUSTIÇA DEFERE PEDIDO DE LIMINAR QUE PLEITEIA A REDUÇÃO DE VALOR DE LOCAÇÃO COMERCIAL	18
3.9 - TJSP - DECISÕES JUDICIAIS SUSPENDEM ALUGUÉIS DE ESTABELECIMENTOS PARA CONTER CRISE DO CORONAVÍRUS -	18
3.10 - TJSP - JUSTIÇA DE SANTOS NEGA SUSPENSÃO DE ALUGUEL DE EMPRESA	18

CONSUMIDOR

nudecon@defensoria.to.def.br | www.defensoria.to.def.br

Número XIII – Julho 2020

3.11 - TJSP - LOJA CONSEGUE REDUÇÃO TEMPORÁRIA DE 50% DO ALUGUEL.....	19
3.12 - TJSP - JUSTIÇA PAULISTA DECIDE QUESTÕES ENVOLVENDO PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS	19
3.13 - TJPR - LOJA EM AEROPORTO CONSEGUE SUSPENDER ALUGUEIS DURANTE PANDEMIA	19
3.14 - TJSP- LIMINAR PERMITE REDUÇÃO NO ALUGUEL PAGO POR RESTAURANTE.....	19
3.15 - TJDF - ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA CONSEGUE REDUÇÃO DE ALUGUEL ATÉ MAIO	20
3.16 - TJSP - LOJISTA NÃO PAGARÁ ALUGUEL MENSAL MÍNIMO E FUNDO DE PROPAGANDA ENQUANTO SHOPPING ESTIVER FECHADO	20
3.17 - TJDF - LOJISTA CONSEGUE SUSPENDER PAGAMENTO DE ALUGUEL MÍNIMO E DO FUNDO DE PROMOÇÃO E PROPAGANDA 30/03/20 - MIGALHAS.....	20
PLANO DE SAÚDE: 20	
4.1 - STJ - PLANO DE SAÚDE TERÁ DE COBRIR CRIOPRESERVAÇÃO DE ÓVULOS DE PACIENTE ATÉ O FIM DA QUIMIOTERAPIA	20
Procedimento excluído	21
Efeitos colaterais	21
Alinhamento de voto.....	21
4.2 TJSP - JUSTIÇA CONDENA PLANO DE SAÚDE A COBRIR CIRURGIA DE TRANSIÇÃO DE GÊNERO	22
TRANSPORTE AÉREO:.....	27
5.1 - STJ - PARA TERCEIRA TURMA, DANO MORAL A PASSAGEIRO DE VOO INTERNACIONAL NÃO SE SUBMETE À CONVENÇÃO DE MONTREAL	27
Texto genérico	27
Atualização	28
5.2 - STJ - ERRO GROSSEIRO DE SISTEMA NÃO OBRIGA EMPRESAS A EMITIR PASSAGENS COMPRADAS A PREÇO MUITO BAIXO	28
Bom senso	28
SERVIÇOS PÚBLICOS - ENERGIA ELÉTRICA:.....	29

CONSUMIDOR

nudecon@defensoria.to.def.br | www.defensoria.to.def.br

Número XIII – Julho 2020

6.1 - TJSP - CONCESSIONÁRIA PODERÁ CORTAR ENERGIA POR INADIMPLÊNCIA DE SHOPPING CENTER	29
6.2 TJSP - FÁBRICA DE VIDRO NÃO PODERÁ SOFRER CORTE DE ENERGIA	30
6.3 TJSP - DEVIDO AOS REFLEXOS DA PANDEMIA, DISTRIBUIDORA DEVE COBRAR APENAS ENERGIA EFETIVAMENTE CONSUMIDA POR POSTO.....	30
TRANSPORTE PÚBLICO.....	31
7.1 TJSP - JUSTIÇA DETERMINA RETORNO INTEGRAL DA FROTA DE ÔNIBUS DA CIDADE DE SÃO PAULO	31
JURISPRUDÊNCIAS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	32
Informativos do STJ nº: 667, 668, 669, 670, 671, 672 e 673	32
□ DOUTRINA.....	61
a) Teoria da imprevisão e a MP 948: Um viés consumerista” (REIS, Tiago Barbosa; SANTANA, Guilherme Mazarello N. de) - Abordagem quanto às alterações das obrigações relacionais em razão da pandemia no setor de turismo e os reflexos protecionistas aos fornecedores ante o disposto na Medida Provisória nº 948/2020 - Acesse aqui.....	61
a) Consequências Jurídicas do Coronavírus (COVID-19)” (LEITE, Gisele) - Visa colacionar todas as possíveis consequências jurídicas em razão da pandemia do novo coronavírus	61
b) Os contratos bancários em tempos de covid-19. (SANTOS, Evaristo Aragão) 61	

CONSUMIDOR

nudecon@defensoria.to.def.br | www.defensoria.to.def.br

Número XIII – Julho 2020

CONSUMIDOR

nudecon@defensoria.to.def.br | www.defensoria.to.def.br

Número XIII – Julho 2020

NOTÍCIAS

CONTRATOS BANCÁRIOS:

1.1 - TJMG - [JUIZ DE BH MANDA BANCOS EXPLICAREM INFORMAÇÕES SOBRE PRORROGAÇÃO DE DÍVIDAS](#)

11/05/20 - Conjur

Os bancos devem zelar pela clareza das informações, diante da confiança gerada no mercado de consumo. Devem ainda evitatermos vagos e ambíguos que podem afetar a decisão do consumidor de adquirir ou não o produto ofertado.

Veja a [liminar](#) -

Ação Civil Pública 5061898-19.2020.8.13.0024

1.2 - TJMG - [INDÚSTRIA SIDERÚRGICA TERÁ PROTESTOS SUSPENSOS POR TEMPO INDETERMINADO](#)

08/05/20 - Migalhas

A empresa alegou queda significativa no faturamento e apresentou intimações de protestos na iminência de efetivação. A juíza de Direito Tereza Cristina Cota, da 2ª vara Cível de Varginha/MG, concedeu liminar determinando a suspensão, por prazo indeterminado, de protestos em nome de indústria siderúrgica do interior do Estado, em razão da pandemia.

Veja a [liminar](#)

Processo: 5002715-08.2020.8.13.0707

1.3 - TJSP - [METALÚRGICA TEM PROTESTOS DE TÍTULO SUSPENSOS EM RAZÃO DA PANDEMIA](#)

07/05/20 - Migalhas

Ao decidir, magistrado apontou recomendação 63/20 do CNJ a qual prevê que decisões devem tentar mitigar os impactos decorrente da pandemia em empresas. O juiz de Direito Marcelo Augusto de Moura, de Franca/SP, concedeu tutela antecipada para suspender a cobrança de protesto de título de uma metalúrgica. Ao decidir, magistrado considerou que a pandemia de covi-19 impactou negativamente no faturamento da empresa.

Veja a [decisão](#)

Processo: 1010305-25.2020.8.26.0196

1.4 - TJPR - [JUIZ DE CURITIBA DEFERE PEDIDO PARA CASAL ADIAR O PAGAMENTO DE FINANCIAMENTO DE UM IMÓVEL](#)

03/05/2020

O juiz Lucas Cavalcanti da Silva, de Curitiba, ao atuar em teletrabalho, deferiu recentemente um pedido de um casal para rever um contrato de financiamento de um

CONSUMIDOR

nudecon@defensoria.to.def.br | www.defensoria.to.def.br

Número XIII – Julho 2020

imóvel em face de um banco. Ao postularem a concessão de tutela provisória, os requerentes pediam o adiamentodas parcelas do financiamento por 60 dias. No relatório, os autores pontuam que foram surpreendidos com as recentes medidasadotadaspara contenção do avanço da pandemia da COVID-19 e esclarecem que o valor disponível em conta será utilizado para pagamento de despesas básicas e criação das filhas. Destacam que no atual momento não dispõem de condições para adimplemento das parcelas do financiamento imobiliário e ressaltam que, conforme notícias divulgadas pela mídia,procuraram o requerido para o congelamento dos pagamentos por 60 dias, mas não obtiveram êxito. Explicam que tentaram contato mediante ligações para as centrais de atendimento e não foram atendidos nem tiveram o retorno da instituição financeira. Sustentam a aplicabilidade doCódigo de Defesa do Consumidor e da teoria da imprevisão.

Veja a [notícia](#)

1.5 - TJPI - DEFENSORIA DO PIAÚ CONSEGUE LIMINAR FAVORÁVEL A AÇÃO REVISIONAL DE COMPRA DE VEICULO FINANCIADO DEVIDO A CRISE ECONOMICA CAUSADA PELA PANDEMIA DE COVID-19.

30/04/2020

A Defensoria Pública do Estado do Piauí, por meio da 3ª Defensoria Pública de Parnaíba, que tem como titular o Defensor Público Jarbas Machado, obteve liminar favorável a Ação de Revisional de Contrato em função da pandemia causada pela Covid-19 referente a aquisição automóvel de modelo Saveiro, ano 2016 junto à concessionária Alemanha Veículos LTDA, por parte de M. de C. F., assistido pela Instituição. A decisão foi do Juiz Heliomar Rios Ferreira, da 1ª Vara Cível da Comarca de Parnaíba.

Veja a [notícia](#).

1.6 - TJSP - POR COVID-19, JUIZ SUSPENDE PAGAMENTO DE DÍVIDA BANCÁRIA DE EMPRESA

02/04/20 - *ConJur*

O devedor não responde pelos prejuízos resultantes de caso fortuito ou força maior, se expressamente não for responsável por eles. Com esse entendimento, o juiz Mario Chiuvite Júnior, da 22ª Vara Cível de São Paulo, suspendeu, por 90 dias, os pagamentos das prestações ajustadas em cédulas de crédito bancário entre um restaurante e uma instituição financeira.

Clique aqui para ler a [decisão](#)

1027465-60.2020.8.26.0100

1.7 - JF-DF - CONTRA INÉRCIA BANCÁRIA, JUIZ DO DF PROÍBE AUMENTO DE JUROS DURANTE EPIDEMIA

15/04/20 - *ConJur*

De nada adianta o Banco Central (BC) diminuir o percentual da alíquota do recolhimento compulsório imposto às instituições financeiras se não houver contrapartidas aos

CONSUMIDOR

nudecon@defensoria.to.def.br | www.defensoria.to.def.br

Número XIII – Julho 2020

cidadãos neste momento de crise. Com esse entendimento, o juiz Renato Coelho Borelli, da 9ª Vara Federal Cível do Distrito Federal, concedeu liminar proibindo bancos brasileiros de aumentar a taxa de juros ou intensificar as exigências para concessão de crédito.

A decisão se deu no seio de uma ação popular proposta por um líder partidário. Ela se aplica a "todas as instituições do Sistema Financeiro Nacional".

Clique aqui para ler a [decisão](#)

0307099-69.2019.8.24.0023 (Ação Popular)

1.8 - TJSP - [REDE VAREJISTA CONSEGUE SUSPENSÃO DE JUROS E PARCELAS DE EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS](#)

16/04/20 - *Migalhas*

Ao decidir, desembargador Roberto Mac Cracken, da 22ª Câmara de Direito Privado do TJ/SP, considerou a pandemia de coronavírus.

O desembargador Roberto Mac Cracken, da 22ª Câmara de Direito Privado do TJ/SP, deferiu parcialmente a tutela antecipada recursal para determinar que a cobrança de prestações a vencer de empréstimo de uma rede varejista seja suspensas por 60 dias, sem a incidência de juros, multa ou outros valores. Processo: 2067269-27.2020.8.26.0000 Veja a [decisão](#).

9

CONTRATOS EDUCACIONAIS:

2.1 - TJTO - 26/06/2020 - [JUSTIÇA MANDA FACULDADE DAR DESCONTO DE 50% EM MENSALIDADES DE ESTUDANTES DE MEDICINA DURANTE AULAS REMOTAS](#)

O juiz Lauro Augusto Moreira Maia, da 5ª Vara Cível de Palmas, determinou que uma faculdade particular de Palmas aplique desconto de 50% na mensalidade dos estudantes do curso de medicina por causa da pandemia de coronavírus. O pedido foi feito por 61 acadêmicos porque a instituição decidiu manter o semestre letivo por meio de aulas remotas e isso estaria prejudicando o aprendizado.

Leia a [decisão](#)

Processo nº 0023045-69.2020.827.2729

2.2 - TJTO - 29/06/2020 - [JUIZ SUSPENDE LEI QUE REDUZ MENSALIDADES PARA TODAS INSTITUIÇÕES FILIADAS EM SINDICATO](#)

O juiz Roniclays Alves de Moraes da 1ª Vara da Fazenda e Registro Públicos de Palmas entendeu que não cabe ao Estado a decisão de reduzir os valores determinando a inaplicabilidade da lei estadual nº 3.682/2020 para todas as instituições filiadas ao

CONSUMIDOR

nudecon@defensoria.to.def.br | www.defensoria.to.def.br

Número XIII – Julho 2020

sindicato, além de determinar que o Procon e o Estado do Tocantins se abstenham de praticar qualquer ato de fiscalização ou sanção em decorrência do descumprimento da lei.

Leia a [decisão](#)

Processo nº 0025700-14.2020.827.2729

2.3 - TJRJ -DESEMBARGADOR SUSPENDE AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE, PROPOSTA NO ÓRGÃO ESPECIAL, REFERENTE À LEI ESTADUAL QUE PREVÊ A REDUÇÃO DE MENSALIDADES ESCOLARES, DURANTE A PANDEMIA, ATÉ DECISÃO FINAL A SER PROFERIDA NA ADI EM CURSO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

17/06/2020

O desembargador Rogerio de Oliveira Souza suspendeu ação direta de inconstitucionalidade (ADI) referente à Lei Estadual nº 8.864, de 3 de junho de 2020, que tratou da “redução proporcional das mensalidades escolares em estabelecimentos de ensino da rede particular, durante a vigência do estado de calamidade pública instituído pela Lei nº 8.794, de 17 de abril de 2020”, proposta no Órgão Especial pela Federação Interestadual das Escolas Particulares (FIEP). De acordo com a entidade sindical, a referida lei estadual se encontraria eivada de diversas inconstitucionalidades, uma vez que teria afrontado disposições da Constituição Federal sobre competência legislativa afeta aos Estados, abrangendo os ramos de Direito Civil, Direito do Trabalho, entre outros. A Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) se manifestou no processo, pugnando pela imediata suspensão da ação, em razão da existência simultânea de idêntica demanda constitucional perante o Supremo Tribunal Federal, autuada sob o número ADI nº 6.448-DF, de relatoria do Ministro Ricardo Lewandowski. Na qualidade de amicus curiae, a Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (CONFENEN) solicitou sua admissão no processo, arguindo, preliminarmente, a ilegitimidade da FIEP para representar pela inconstitucionalidade de lei do Estado do Rio de Janeiro, já que sua atuação territorial se limita aos estados do Amazonas e ao Distrito Federal, ressaltando ter sido negado seu pedido de expansão da referida base. Solicitou, ainda, a suspensão da ação, em razão da propositura de idêntica representação perante o Supremo Tribunal Federal, tendo por objeto a mesma lei estadual. Em sua decisão, o desembargador afirmou que tramita, no STF, representação de inconstitucionalidade oferecida pela CONFENEN contra a mesma lei, tendo sido o pedido de liminar postergado pelo relator, em juízo preliminar, para ser analisado após as informações a serem prestadas pelo governador do Estado do Rio de Janeiro. O magistrado do TJRJ ressaltou, por fim, que, especialmente em matéria constitucional, a supremacia das decisões do Supremo Tribunal Federal impõe a suspensão do processo, em todas as suas questões, pois qualquer decisão que se profira poderá ser temerária e juridicamente transitória, uma vez que estará sujeita à invalidação pela superveniente decisão definitiva a ser proclamada pelo STF.

Leia a [decisão](#)

Processo: [0035998-29.2020.8.19.0000](#)

[Leia notícia do STF relacionada](#)

CONSUMIDOR

nudecon@defensoria.to.def.br | www.defensoria.to.def.br

Número XIII – Julho 2020

2.4 - TJRJ - TUTELA DE URGÊNCIA É CONCEDIDA PARA A REDUÇÃO DO VALOR DA MENSALIDADE DE ESCOLA CARIOCA EM 30%, ENQUANTO DURAREM OS EFEITOS DA PANDEMIA DA COVID-19 E O ENSINO A DISTÂNCIA

17/06/2020

Decisão da desembargadora Regina Lucia Passos, da 21ª Câmara Cível, concedeu tutela de urgência em agravo de instrumento, para determinar a aplicação, enquanto durarem os efeitos da pandemia da Covid-19 e o ensino a distância prestado por uma escola carioca sediada no bairro de Campo Grande, do percentual de desconto de 30%, fixado pela Lei Estadual nº 8.864/2020, com efeitos a partir de 4 de junho de 2020, data em que a referida legislação entrou em vigor. A magistrada considerou, em sua decisão, o fato de que a agravada teve evidente diminuição dos custos operacionais de suas instalações físicas, a exemplo das contas de luz, água, esgoto, etc., bem como possíveis reduções, como vale transporte de funcionários e despesas com fornecedores, gastos com materiais de limpeza, etc. A decisão levou em conta, ainda, o fato de que os alunos, filhos da agravante, são crianças

de 06 e 03 anos, e, portanto, o serviço de “home schooling” que vem sendo prestado não seria muito adequado, nem proveitoso, contrariando assim o direito à educação integral a que toda criança faz jus.

Leia a [decisão](#)

Processo: 0037616-09.2020.8.19.0000

2.5 - TJRJ - JUÍZA SUSPENDE, LIMINARMENTE, DESCONTO DE 30% NAS MENSALIDADES DE ESCOLAS E UNIVERSIDADES FLUMINENSES

15/06/2020

A juíza Regina Chuquer, da 6ª Vara da Fazenda Pública deferiu pedido de liminar, suspendendo a aplicação da Lei Estadual nº 8.864/2020, que determinava um desconto fixo de 30% nas mensalidades de escolas e universidades do Estado, como forma de compensação pela suspensão das atividades presenciais. A decisão foi proferida no âmbito de um mandado de segurança coletivo, impetrado pelo Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino no Estado do Rio de Janeiro (SINEPE-RJ). A juíza entendeu haver inconstitucionalidade formal (decorrente de invasão de competência privativa da União para dispor a respeito de normas contratuais) e material, por impor obrigações contrárias à livre iniciativa e ao ato jurídico perfeito, desobrigando, assim, os associados do seu cumprimento.

Leia a [decisão](#)

Processo: 0120089-49.2020.8.19.0001

2.6 - TJRJ - PERCENTUAL DE DESCONTO EM MENSALIDADE AOS ALUNOS DO 5º ANO DO CURSO DE MEDICINA É MAJORADO DE 15% PARA 50%

04/06/2020

A desembargadora Flávia Romano de Rezende, da 17ª Câmara Cível, no âmbito de um agravo de instrumento, deferiu antecipação de tutela ao recurso interposto por estudantes universitárias contra a Universidade Estácio de Sá que pretendiam a reforma da decisão do Juízo de 1º grau, o qual deferiu o abatimento nas mensalidades do curso universitário de Medicina no percentual de 15%. Alegaram as agravantes que são estudantes do 5º ano do referido curso, o qual só admite a modalidade presencial, e que a pandemia causada

CONSUMIDOR

nudecon@defensoria.to.def.br | www.defensoria.to.def.br

Número XIII – Julho 2020

pelo novo coronavírus impede que o contrato de prestação de serviços seja adimplido na forma original, estando suspensas as aulas presenciais, inexistindo modelo substituto à altura, afirmando estarem sendo muito prejudicados, ressaltando que o percentual de desconto concedido pelo magistrado de 1º grau seria irrisório. Entendeu a relatora que, em que pese a constatação, pelo juízo singular, de que havia um desequilíbrio contratual, autorizador da concessão da tutela de urgência, a redução de 15% no valor da mensalidade não observou os aspectos particulares do caso concreto que indicavam, até aquele momento, uma situação de evidente desvantagem para as agravantes. Desse modo, a magistrada determinou o aumento da redução de 15% para 50% do valor das mensalidades, inclusive de abril e maio, até que as aulas presenciais sejam restabelecidas na forma contratada, determinando, ainda, à agravada, a emissão de novos boletos, sem a inclusão de multas ou juros.

[Leia a decisão](#)

Processo: [0034269-65.2020.8.19.0000](#)

2.7 - TJRJ - JUSTIÇA DO RIO CONCEDE DESCONTO EM MENSALIDADE PARA ALUNOS DE MEDICINA

21/05/2020

A desembargadora Claudia Telles, da 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, concedeu redução temporária de 50% na mensalidade para cinco alunos da Estácio de Sá. A faculdade deverá emitir novos boletos com o valor da mensalidade reduzido a partir de abril.

Já o juiz Sandro Lúcio Barbosa Pitassi, da 37ª Vara Cível do Rio, concedeu benefício semelhante a dois alunos de medicina da Fundação Souza Marques. Ele determinou a redução de 50% no valor das mensalidades no período de suspensão das aulas presenciais devido à epidemia do coronavírus.

O juiz ordenou, ainda, que nas faturas futuras deverão ser restituídos os valores pagos a mais desde março, quando ocorreu a suspensão das aulas. Além disso, estabeleceu multa de R\$ 20 mil para cada cobrança indevida.

Leia a [notícia](#) - Processos [0097100-49.2020.8.19.0001/](#) [0028678-25.2020.8.19.0000](#)

2.8 - TJRJ - ALUNOS DE MEDICINA OBTÊM DESCONTO DE 50% NAS MENSALIDADES, DURANTE O PERÍODO DE PANDEMIA DA COVID-19

21/05/2020

O Tribunal de Justiça do Rio concedeu tutela de urgência para a redução temporária de 50% as mensalidades de alunos do curso de Medicina da Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá, durante o período de suspensão das aulas presenciais, em razão da Covid-19. A decisão é da desembargadora Claudia Telles, da 5ª Câmara Cível, relatora da ação movida por cinco alunos que se mostraram insatisfeitos com o ensino a distância (EAD) oferecido pela instituição de ensino. Os alunos alegaram que a plataforma **on-line** é insuficiente para cobrir todas as matérias do curso de Medicina, como aulas práticas e laboratoriais, e que, mesmo assim, a faculdade manteve o pagamento integral das mensalidades, deixando de oferecer uma contraprestação do serviço contratado. Devido à decisão, a Estácio de Sá deverá emitir novos boletos com o valor da mensalidade reduzido a partir de abril, até o julgamento final da ação.

CONSUMIDOR

nudecon@defensoria.to.def.br | www.defensoria.to.def.br

Número XIII – Julho 2020

[Leia notícia](#)

Processos: [0028678-25.2020.8.19.0000](#) e [0097100-49.2020.8.19.0001](#)

2.9 - TJRJ - JUSTIÇA DO RIO DETERMINA REDUÇÃO DO VALOR DE MENSALIDADE DE UNIVERSIDADE

19/05/2020

O juiz de Direito da 3ª Vara Empresarial da Comarca da Capital, Paulo Assed Estefan, deferiu, parcialmente, o pedido da Defensoria Pública do Rio de Janeiro, em ação civil pública, para determinar a redução em 15% das parcelas da semestralidade dos cursos presenciais da Universidade Estácio de Sá, a partir do mês de abril de 2020.

[Leia a decisão](#)

Processo: [0095651-56.2020.8.19.0001](#)

2.10 - TJRJ - PERCENTUAL DE DESCONTO EM MENSALIDADE ESCOLAR É REDUZIDO DE 25% PARA 15%, A FIM DE QUE O ÔNUS GERADO PELA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS SEJA SUPOSTADO POR AMBAS AS PARTES

13/05/2020

O desembargador Fernando Cerqueira Chagas, da 11ª Câmara Cível, deferiu, parcialmente, tutela recursal em agravo de instrumento, determinando a redução do percentual de desconto de 25%, fixado pelo juiz de 1º grau, para 15% (quinze por cento), sobre as mensalidades escolares de uma instituição de ensino privada. De acordo com o magistrado, as instituições de ensino possuem orçamento anual e despesas fixas, as quais, com a interrupção das aulas presenciais, devido à Covid-19, sofreram redução, tais como luz e água. Contudo, tal fato também obrigou a agravante a realizar novos investimentos financeiros em modernas soluções tecnológicas e de comunicação, os quais precisam ser repassados às autoras, ora agravadas, a fim de que o ônus gerado pela pandemia seja suportado por ambas as partes.

[Leia a decisão](#)

Processo: [0027844-22.2020.8.19.0000](#)

2.11 - TJRJ - MANTIDA DECISÃO QUE CONCEDEU ABATIMENTO DAS MENSALIDADES EM CURSO DE MEDICINA, EM RAZÃO DA SUSPENSÃO DE AULAS PRÁTICAS EM UNIVERSIDADE DA BAIXADA FLUMINENSE

12/05/2020

O desembargador Pedro Saraiva de Andrade Lemos, da 10ª Câmara Cível, no âmbito de um agravo de instrumento, negou provimento ao recurso interposto pela Unigranrio, instituição de ensino superior sediada no Município de Nova Iguaçu que pretendia a reforma da decisão do Juízo de 1º Grau, o qual deferiu o abatimento nas mensalidades do curso universitário de Medicina, considerando os elementos constantes nos autos, especialmente diante da suspensão de aulas eminentemente práticas, devido ao momento excepcional ocasionado pela pandemia da Covid-19. Entendeu o relator que, em que pese a argumentação da ré e, diante da complexidade do caso, a matéria deve ser examinada durante a instrução probatória, ressaltando ser impossível a análise, no âmbito restrito do agravo, evitando-se, inclusive, eventual supressão de instância e prejuízo às partes.

CONSUMIDOR

nudecon@defensoria.to.def.br | www.defensoria.to.def.br

Número XIII – Julho 2020

Leia a [decisão](#)Processo: [0028374-26.2020.8.19.0000](#)

2.12 - TJRJ - 11/05/2020 - MANTIDA DECISÃO QUE CONCEDEU ABATIMENTO DAS MENSALIDADES EM CURSO DE MEDICINA, EM RAZÃO DA SUSPENSÃO DE AULAS PRÁTICAS EM UNIVERSIDADE DA BAIXADA FLUMINENSE

O desembargador Pedro Saraiva de Andrade Lemos, da 10ª Câmara Cível, no âmbito de um agravo de instrumento, negou provimento ao recurso interposto pela Unigranrio, instituição de ensino superior sediada no Município de Nova Iguaçu que pretendia a reforma da decisão do Juízo de 1º Grau, o qual deferiu o abatimento nas mensalidades do curso universitário de Medicina, considerando os elementos constantes nos autos, especialmente diante da suspensão de aulas eminentemente práticas, devido ao momento excepcional ocasionado pela pandemia da Covid-19. Entendeu o relator que, em que pese a argumentação da ré e, diante da complexidade do caso, a matéria deve ser examinada durante a instrução probatória, ressaltando ser impossível a análise, no âmbito restrito do agravo, evitando-se, inclusive, eventual supressão de instância e prejuízo às partes.

Leia a [decisão](#)

2.13 - TJRJ - TUTELA ANTECIPADA É CONCEDIDA PARA REDUÇÃO DE MENSALIDADE EM CURSO UNIVERSITÁRIO

04/05/2020

A juíza Daniela Bandeira de Freitas, da 15ª Vara Cível, concedeu, parcialmente, tutela antecipada para que seja reduzida em 30% a mensalidade paga pelo autor no curso de Medicina, da Sociedade Superior de Ensino Estácio de Sá, enquanto perdurarem os efeitos da pandemia do coronavírus e o ensino a distância.

Leia a [decisão](#)Processo: [008236 7-78.2020.8.19.0001](#)

2.14 - TJSC - ALUNO DO ENSINO INFANTIL (MATERNAL II) CONSEGUE NA JUSTIÇA REDUÇÃO NA MENSALIDADE ESCOLAR EM RAZÃO DA SUSPENSÃO DAS AULAS PRESENCIAIS (DESCONTO DE 30%). A DECISÃO É DA JUSTIÇA DE SANTA CATARINA.

21/04/2020

A Juíza MONICA BONELLI PAULO PRAZERES do Juizado Especial Cível da Comarca de Florianópolis (Capital) proferiu decisão em 21/04/2020 concedendo a tutela de urgência e determinando a redução sobre o valor da mensalidade escolar a partir de maio em razão da suspensão das aulas presenciais.

Processo nº 5001967-02.2020.8.24.0082/SC.

Veja a [decisão](#)

CONSUMIDOR

nudecon@defensoria.to.def.br | www.defensoria.to.def.br

Número XIII – Julho 2020

LOCAÇÃO:

3.1 - TJRJ - JUÍZA PERMITE QUE EMPRESA RETIRE SEUS BENS MÓVEIS E DESMONTE QUIOSQUE EM SHOPPING CENTER

17/06/2020

A juíza Renata de Lima Machado Rocha, da 4ª Vara Cível de São Gonçalo, deferiu pedido de tutela antecipada em ação de resolução de contrato de locação, para permitir que os locadores de um espaço comercial de um shopping center, situado no Município de São Gonçalo, retirem os bens móveis e todo o seu fundo de empresa, bem como desmontem seu quiosque, até que se tenha a solução definitiva da demanda. Os autores afirmaram não possuir condições de manter os termos contratuais, em razão dos efeitos da pandemia da Covid-19, e solicitaram a resolução do contrato sem a cobrança de multas, encargos ou débitos, desde o advento da questão de saúde pública, sob o fundamento de força maior. Em sua decisão, a magistrada afirmou que compelir os autores a manterem no shopping center seu fundo de empresa, enquanto aguardam a solução do processo, significaria impor-lhes despesas futuras possivelmente superiores a eventuais perdas e danos que sofreriam se dessem causa, culposamente, à rescisão extemporânea do contrato.

Leia a [decisão](#) Processo: 0013282-93.2020.8.19.0004

3.2 - TJRJ - DEFERIDA, PARCIALMENTE, TUTELA RECURSAL, PARA DETERMINAR A SUSPENSÃO DO PAGAMENTO DE 50% DE ALUGUÉIS, POR PARTE DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL, ATÉ A AUTORIZAÇÃO DA REABERTURA DO COMÉRCIO PELO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU

09/06/2020

O desembargador Mauro Dickstein, da 16ª Câmara Cível, deferiu, parcialmente, pedido de tutela recursal em agravo de instrumento movido por um comerciante do Município de Nova Iguaçu, diante da decisão proferida pelo Juízo de 1º grau, nos autos de uma ação revisional, em que se indeferiu pedido do locatário de suspensão total das obrigações no período de pandemia, e enquanto perdurar o isolamento social. O magistrado determinou a suspensão do pagamento de 50% dos aluguéis vencidos nos meses de abril/2020, bem como os subsequentes, até que seja autorizada a reabertura do estabelecimento pela Prefeitura do Município de Nova Iguaçu, postergando se para novembro/2020 o reinício da satisfação das diferenças respectivas, em parcelas mensais, sem encargos de mora, aplicando-se, desse modo, a solução mais benéfica para o devedor.

Leia a [decisão](#)

Processo: 0034215-02.2020.8.19.0000

3.3 - TJRJ - DESEMBARGADOR DETERMINA A SUSPENSÃO DOS ALUGUÉIS DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE, ENQUANTO DURAREM AS RESTRIÇÕES SANITÁRIAS PROVOCADAS PELA COVID-19

01/06/2020

O desembargador Custódio de Barros Tostes, da 1ª Câmara Cível, no âmbito de um agravo de instrumento interposto por uma empresa fabricante de brinquedos (locatária), deferiu, parcialmente, o efeito suspensivo da decisão de 1º grau, suspendendo, temporariamente, o pagamento dos aluguéis, enquanto durar o protocolo sanitário de

CONSUMIDOR

nudecon@defensoria.to.def.br | www.defensoria.to.def.br

Número XIII – Julho 2020

fechamento do comércio. A locatária/agravante recorreu da decisão de 1º grau, que havia determinado a redução dos valores dos aluguéis do imóvel comercial em 60 % (sessenta por cento) pelo período de 03 meses, a contar de abril de 2020, inclusive. Argumentou a agravante que não se pode impor o ônus somente a uma parte, quando esta também não deu causa ao fechamento, ressaltando não se opor ao pagamento da manutenção dos demais encargos, tais como IPTU do imóvel, taxas e condomínio. O desembargador entendeu que, em que pese terem os contratos força obrigatória e, de acordo com famoso brocardo latino, nascem para ser cumpridos (pacta sunt servanda), o momento é de avaliação da liminar recursal ao advento de uma pandemia global que impôs desafios antes inimagináveis ao Direito e à sociedade. Ressaltou, ainda que, diante do que está documentado, as partes já tentaram percorrer as vias consensuais e obtiveram algum sucesso, até que, por uma desinteligência qualquer, precisaram se socorrer do Judiciário. Destacou, por fim, o magistrado que, no caso concreto, o Direito deve se compadecer daquele que é desalijado de seu comércio, durante um impositivo isolamento social, concluindo que a alternativa que parece melhor adequar todos os interesses em disputa é a temporária suspensão da exigibilidade dos aluguéis, pelo menos enquanto durar o protocolo sanitário de fechamento do comércio, não podendo a agravante ser despejada, nem ter seu nome negativado, por força de despesa à qual não conseguirá, decerto, fazer frente, enquanto seu faturamento for nenhum.

Leia a [decisão](#)

Processo: 0033754-30.2020.8.19.0000

3.4 - TJSC - DESPEJO DE FAMÍLIA EM JARAGUÁ DO SUL É PRORROGADO POR MAIS 90 DIAS, DEVIDO À COVID-19

01/06/2020

O juiz José Aranha Pacheco, da 1ª Vara Cível da Comarca de Jaraguá do Sul, decidiu conceder mais 90 dias para uma família de Jaraguá do Sul, que é ré em ação de despejo por falta de pagamento, permanecer no imóvel alugado. Segundo o magistrado, o casal tem filho pequeno e a esposa está grávida, não sendo recomendada, nesse momento de reclusão ocasionado pela pandemia, a desocupação imediata do imóvel, devendo o interesse da coletividade e da saúde pública no isolamento social das pessoas, prevalecer sobre o interesse privado patrimonial.

Leia a [notícia](#)

Processo: 5002000-33.2020.8.24.0036

3.5 - TJ-GO - COVID-19: JUSTIÇA CONCEDE DESCONTO EM ALUGUEL DE RESIDÊNCIA - O POPULAR

02/05/2020

A Justiça de Goiânia (GO) determinou um desconto de 50% no valor do aluguel residencial de um casal que teve a renda familiar afetada pela pandemia do coronavírus. A microempresária, que faturava cerca de R\$ 5.000 mensais com uma loja de espetos, teve o negócio fechado devido a um decreto municipal e viu o faturamento cair para cerca de R\$ 1.000 por mês. Seu marido, desempregado, recebe apenas o auxílio emergencial do governo, de R\$ 600,00 (seiscentos reais).

Leia a [notícia](#) aqui

CONSUMIDOR

nudecon@defensoria.to.def.br | www.defensoria.to.def.br

Número XIII – Julho 2020

3.6 - TJSP - COVID-19: DEFENSORIA PÚBLICA OBTÉM LIMINAR QUE AUTORIZA PAGAMENTO DE 30% DO VALOR DE ALUGUEL A MULHER DESEMPREGADA 29/04/2020

A pedido da Defensoria, uma moradora da zona leste de São Paulo, desempregada em decorrência dos impactos econômicos da pandemia de Covid-19, recebeu autorização judicial liminar para reduzir seus pagamentos de aluguel a 30% do valor original.

A mulher havia celebrado o contrato de locação pelo período de um ano, com término no final de novembro de 2020, no valor de R\$ 1.000, já somados R\$ 200 de despesas condominiais.

Porém, com o advento da pandemia e das medidas de combate ao coronavírus, especialmente da suspensão de atividades de setores não essenciais, a mulher foi demitida no início de abril. O resultado foi uma redução drástica da renda familiar, limitando-se à pensão alimentícia recebida por uma de suas duas filhas.

A mãe entrou em contato com o locador para tentar renegociar o valor do contrato, mas o proprietário se negou a qualquer acordo e fez ameaças, afirmando que, caso o pagamento não fosse efetuado, invadiria o imóvel e expulsaria a mulher e sua família à força. Sem alternativa, ela decidiu procurar a Defensoria Pública, por meio do atendimento remoto.

Na ação judicial, a Defensoria apontou que o Código Civil prevê, nos artigos 478 a 480, a chamada “Teoria da Imprevisão”, que justifica a revisão ou a resolução do contrato, caso algum acontecimento superveniente e imprevisível desequilibre a base econômica do negócio, impondo a uma das partes uma obrigação excessivamente onerosa.

A Defensoria argumentou também que a pandemia de Covid-19 imporá a todos prejuízos de diversas ordens, cabendo ao Poder Judiciário intervir nas relações jurídicas, para evitar que o ônus financeiro seja suportado por apenas uma das partes. Assim, afirmou que o Código Civil também prevê, no artigo 317, que a Justiça pode corrigir os valores de prestações, quando, por motivos imprevisíveis, sobrevier uma manifesta desproporção entre o valor devido e o momento de sua execução.

O caso contou com a atuação das Defensoras Públicas Gabriele Estábil Bezerra e Carolina Gurgel Lobo.

Embora a Lei de Locação preveja a possibilidade de revisão de valores, a norma não foi utilizada no pedido judicial, pois o contrato não preenchia os três anos de vigência previstos como requisito no artigo 19 da lei.

Em sua decisão liminar, o Juiz Antonio Marcelo Cunzolo Rimola observou que conflitos relativos a aluguéis têm sido levados em grande quantidade à análise do Judiciário, e autorizou o pagamento do aluguel em montante correspondente a 30% do valor original, perfazendo R\$ 300.

Leia a [notícia](#) aqui.

3.7 - TJSC - DECISÃO JUDICIAL REDUZ VALOR DO ALUGUEL MENSAL EM SHOPPING CENTER.

17/04/2020

A juíza VIVIAN CARLA JOSEFOVICZ da 4ª Vara Cível da Comarca de Blumenau concedeu tutela de urgência em favor de loja instalada em shopping center determinando a redução do aluguel para a metade do mínimo mensal ajustado, atualizado, a suspensão do pagamento do fundo de promoção e o impedimento de inserção de restrições perante

CONSUMIDOR

nudecon@defensoria.to.def.br | www.defensoria.to.def.br

Número XIII – Julho 2020

os órgãos de proteção ao crédito decorrentes do contrato de locação objeto da ação por dívidas vencidas a partir de 18/3/2020 até 31/12/2020.

Veja aqui a [decisão](#).

3.8 - TJRJ - JUSTIÇA DEFERE PEDIDO DE LIMINAR QUE PLEITEIA A REDUÇÃO DE VALOR DE LOCAÇÃO COMERCIAL

15/04/2020

O desembargador do TJRJ, Fernando Cerqueira Chagas, deferiu, parcialmente, tutela recursal de urgência, para a redução dos valores devidos pela locação, a título de garantia de aluguel mínimo, fundo de promoção e propaganda (FPP) e despesas condominiais, a 30% dos valores originais, até o julgamento do recurso.

[Leia a decisão do Agravo](#) Processo: 0022449-49.2020.8.19.0000

[Leia a decisão do pedido de antecipação de tutela](#) Processo: 0009695-45.2020.8.19.0204

3.9 - TJSP - DECISÕES JUDICIAIS SUSPENDEM ALUGUÉIS DE ESTABELECIMENTOS PARA CONTER CRISE DO CORONAVÍRUS -MIGALHAS

14/04/20

Magistrados reconhecem dificuldade econômica de empresa que teve queda de faturamento por crise do coronavírus.

A crise ocasionada pelo coronavírus chegou ao setor econômico afetando diversos estabelecimentos com a queda brusca no faturamento. Diante do grave quadro, inúmeras empresas acionaram a Justiça na tentativa de conter os impactos financeiros. É o caso de uma rede composta por 16 concessionárias, que comercializa veículos automotores. A empresa ajuizou ações dizendo que, em decorrência do estado de calamidade, ainda não realizou uma demissão por conta do corte de receita, porém disse que não tem fundos suficientes para arcar tanto com a folha de salários, quanto como os demais custos fixos existentes “em especial, a locação das 16 lojas espalhadas pela cidade, com aluguéis que somam valor superior a R\$ 1 milhão/mensais”.

Leia a [notícia](#) aqui.

3.10 - TJSP - JUSTIÇA DE SANTOS NEGA SUSPENSÃO DE ALUGUEL DE EMPRESA

13/04/2020

A 11ª Vara Cível de Santos negou liminar à concessionária de veículos que pedia suspensão por 60 dias do aluguel do imóvel que ocupa, em razão de queda do faturamento. A autora alega que o estabelecimento foi fechado pelas autoridades governamentais em meio às medidas de combate à Covid-19, por não ser considerada atividade essencial. “O fato de as atividades comerciais da autora terem sido interrompidas por força da quarentena decorrente da pandemia de Covid-19 – medida fundada na Lei Federal nº 13.979/2020 – não autoriza o juiz a desobrigá-la do pagamento dos aluguéis durante aquele período. (...) Caso admitido o pedido, será aumentada aleatoriamente a insegurança jurídica”, afirmou o magistrado.

Leia a [notícia](#) Processo: 1006355-74.2020.8.26.0562

CONSUMIDOR

nudecon@defensoria.to.def.br | www.defensoria.to.def.br

Número XIII – Julho 2020

3.11 - TJSP - [LOJA CONSEGUE REDUÇÃO TEMPORÁRIA DE 50% DO ALUGUEL](#)

09/04/20 - Migalhas

A desembargadora Daise Fajardo Nogueira Jacot, da 27ª câmara de Direito Privado do TJ/SP, indeferiu agravo de instrumento e manteve liminar que determinou a redução de 50% no aluguel de uma loja de roupas, em razão do momento de crise que o país enfrenta. Processo: 2065372-61.2020.8.26.0000

[Veja a decisão](#)

3.12 - TJSP - [JUSTIÇA PAULISTA DECIDE QUESTÕES ENVOLVENDO PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS](#)

08/04/20 - Notícias

Concedida tutela antecipada para redução de aluguéis de empresa

A 2ª Vara Cível de Santos concedeu tutela antecipada, na sexta-feira (3), permitindo a redução, pelo prazo inicial de 90 dias, de 40% no valor de aluguéis pagos por empresa do ramo de buffet e festas infantis, que totalizavam R\$32 mil. Em razão da atual crise desencadeada pela Covid-19 e o conseqüente fechamento de estabelecimentos comerciais, todos os eventos previstos foram cancelados. De acordo com o juiz Claudio Teixeira Villar, a pandemia do novo coronavírus e as condutas estatais disso decorrentes amoldam-se ao que se desenha na Teoria da Imprevisão, autorizadora da revisão dos contratos ou de uma modulação temporária voltada à sua continuidade. "Trata-se de evento externo, fortuito e de força maior, modificando a realidade prevista no início da contratação e fazendo do seu objeto excessivamente oneroso", afirmou.

19

3.13 - TJPR - [LOJA EM AEROPORTO CONSEGUE SUSPENDER ALUGUEIS DURANTE PANDEMIA](#)

07/04/20 - Migalhas

A determinação vale até o fim do estado de calamidade pública.

O juiz Federal Friedmann Anderson Wendpap, da 1ª vara de Curitiba/PR, suspendeu o pagamento de aluguéis para a Infraero, referente à locação de espaço comercial no aeroporto internacional Afonso Pena. A determinação vale até o fim do estado de calamidade pública.

Processo: 5017470-58.2020.4.04.7000

Veja a íntegra da [decisão](#)

3.14 - TJSP- LIMINAR PERMITE REDUÇÃO NO ALUGUEL PAGO POR RESTAURANTE

04/04/2020

O Tribunal de Justiça de São Paulo autorizou a redução no valor do aluguel pago por restaurante, em virtude da atual crise ocasionada pela Covid-19, que resultou na redução das atividades e dos rendimentos do estabelecimento alimentício. Dessa forma, a empresa efetuará pagamentos relativos a 30% do valor original do aluguel, o que corresponde a R\$ 9.170,58, enquanto durar a crise sanitária.

Leia a [notícia](#)

Processo: 1026645-41.2020.8.26.0100

CONSUMIDOR

nudecon@defensoria.to.def.br | www.defensoria.to.def.br

Número XIII – Julho 2020

3.15 - TJDF - ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA CONSEGUE REDUÇÃO DE ALUGUEL ATÉ MAIO

03/04/20 - Migalhas

O desembargador Eustáquio de Castro, do TJ/DF, determinou a redução do valor do aluguel de um escritório de advocacia de R\$ 2 mil para R\$ 1,3 mil mensais, referente aos meses de março, abril e maio de 2020. O magistrado levou em conta a situação econômica em meio à crise do coronavírus.

Processo: 0707596-27.2020.8.07.0000

Veja a [decisão](#)

3.16 - TJSP - LOJISTA NÃO PAGARÁ ALUGUEL MENSAL MÍNIMO E FUNDO DE PROPAGANDA ENQUANTO SHOPPING ESTIVER FECHADO

01/04/20 - Migalhas

A juíza de Direito Bruna Marchese e Silva, da 8ª vara Cível de Campinas/SP, suspendeu pagamento, por restaurante localizado em praça de alimentação de shopping, do aluguel mensal mínimo e fundo de promoção e propaganda.

Processo: 1010893-84.2020.8.26.0114

Veja a [decisão](#)

3.17 - TJDF - LOJISTA CONSEGUE SUSPENDER PAGAMENTO DE ALUGUEL MÍNIMO E DO FUNDO DE PROMOÇÃO E PROPAGANDA 30/03/20 - MIGALHAS

Decisão é da Justiça do DF.

O juiz de Direito Julio Roberto dos Reis, da 25ª vara Cível de Brasília/DF, autorizou que lojista suspenda o pagamento de aluguel mínimo e do fundo de promoção e propaganda enquanto perdurarem as medidas de restrição à circulação de pessoas advindas da pandemia do coronavírus.

Processo: 0709038-25.2020.8.07.0001

Veja a [decisão](#)

20

PLANO DE SAÚDE:

4.1 - STJ - PLANO DE SAÚDE TERÁ DE COBRIR CRIOPRESERVAÇÃO DE ÓVULOS DE PACIENTE ATÉ O FIM DA QUIMIOTERAPIA DECISÃO

22/07/2020 06:35

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) manteve a condenação de uma operadora de plano de saúde a pagar procedimento de congelamento (criopreservação) dos óvulos de uma paciente fértil, até o fim de seu tratamento quimioterápico contra câncer de mama. Para o colegiado, a criopreservação, nesse caso, é parte do tratamento,

CONSUMIDOR

nudecon@defensoria.to.def.br | www.defensoria.to.def.br

Número XIII – Julho 2020

pois visa preservar a capacidade reprodutiva da paciente, tendo em vista a possibilidade de falência dos ovários após a quimioterapia.

A operadora se recusou a pagar o congelamento dos óvulos sob a justificativa de que esse procedimento não seria de cobertura obrigatória, segundo a **Resolução Normativa 387/2016** da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Nas instâncias ordinárias, o plano foi condenado a prestar integralmente a cobertura, ao argumento de que o procedimento solicitado pela paciente tem como objetivo minimizar as sequelas da quimioterapia sobre o seu sistema reprodutivo, não se confundindo com a inseminação artificial, para a qual a legislação não prevê cobertura obrigatória.

Procedimento excluído

Em seu voto, o ministro relator do recurso especial, Paulo de Tarso Sanseverino, lembrou que, de fato, a inseminação artificial é procedimento excluído do rol de coberturas obrigatórias, conforme o **artigo 10**, inciso III, da Lei 9.656/1998 (Lei dos Planos de Saúde). Ao disciplinar a abrangência das hipóteses de exclusão da cobertura obrigatória, a Resolução Normativa 387/2016 da ANS inseriu no conceito de inseminação artificial a manipulação de oócitos, o que incluiria os óvulos (oócitos em fase final de maturação). Logo, a exclusão alcançaria a criopreservação, que é o congelamento dos oócitos para manipulação e fertilização futura.

Sanseverino salientou que, aparentemente, a exclusão entraria em conflito com a norma da LPS que determina a cobertura obrigatória de procedimentos relativos ao planejamento familiar, porém rememorou que, ao enfrentar tal questão, o STJ entendeu que a norma geral sobre planejamento familiar não revogou a norma específica que excluiu de cobertura a inseminação artificial.

Efeitos colaterais

O relator destacou que, como anotado pelo tribunal de origem, o pedido de criopreservação contido nos autos é peculiar, pois o mais comum é que o procedimento seja pleiteado por paciente já acometida por infertilidade – hipótese que, seguramente, não está abrangida pela cobertura obrigatória.

Para o relator – também em concordância com a segunda instância –, o fato de a criopreservação ter sido pedida com a finalidade de evitar um dos efeitos adversos da quimioterapia (a falência ovariana) faz com que ele possa ser englobado no próprio tratamento, por força do **artigo 35-F** da Lei 9.656/1998. "O objetivo de todo tratamento médico, além de curar a doença, é não causar mal – *primum, non nocere* (primeiro, não prejudicar) –, conforme enuncia um dos princípios milenares da medicina", afirmou.

À luz desse princípio e diante das particularidades do caso, disse o ministro, o artigo 35-F da Lei dos Planos de Saúde deve ser interpretado no sentido de que a obrigatoriedade de cobertura do tratamento quimioterápico abrange também a prevenção de seus efeitos colaterais.

Alinhamento de voto

Sanseverino declarou que estava inclinado a votar para que a operadora fosse obrigada a cobrir apenas a punção dos oócitos, deixando para a beneficiária do plano arcar com os procedimentos a partir daí, os quais – segundo seu entendimento inicial – estariam inseridos em um contexto de reprodução assistida e, portanto, fora da cobertura.

CONSUMIDOR

nudecon@defensoria.to.def.br | www.defensoria.to.def.br

Número XIII – Julho 2020

Porém, aderiu ao voto-vista da ministra Nancy Andrighi, em que a magistrada ponderou que a retirada dos oócitos do corpo da paciente seria procedimento inútil se não fosse seguido imediatamente do congelamento, sendo mais prudente condenar a operadora a custear a criopreservação dos óvulos até a alta do tratamento de quimioterapia.

Leia o [acórdão](#).

4.2 TJSP - [JUSTIÇA CONDENA PLANO DE SAÚDE A COBRIR CIRURGIA DE TRANSIÇÃO DE GÊNERO](#)

30/06/2020

Ofensa ao princípio da dignidade humana.

A 4ª Vara Cível de São Caetano do Sul condenou uma empresa de plano de saúde a arcar com os custos de cirurgia de transição de gênero a uma pessoa transexual. A ré também terá que cobrir os custos da internação, anestesia e dos materiais a serem utilizados.

Consta dos autos que o autor, beneficiário do plano de saúde da empresa-ré, já fez alteração de seu registro civil para o sexo masculino e obteve prescrição médica para realizar cirurgia transexualizadora. A empresa se recusou a cobrir o procedimento, alegando que se trata de cirurgia estética, sem qualquer doença ou trauma físico que justifique a obrigatoriedade da cobertura, conforme previsto em contrato.

O juiz José Francisco Matos afirmou, com base em norma do Conselho Federal de Medicina e nos laudos médicos e psicológicos apresentados nos autos, que a intervenção cirúrgica em questão não é meramente estética, mas um procedimento fundamental para que a pessoa transexual possa adequar seu corpo à sua identidade de gênero. “Não há que falar-se em exclusão de responsabilidade contratual por parte da ré, uma vez que a transexualidade do autor é incontroversa, estando ele diante de incongruência de gênero, motivo pelo qual o procedimento ora pleiteado garantirá sua dignidade física e psíquica, harmonizando a classificação biológica do seu sexo com o seu gênero, pelo qual é visto socialmente”, escreveu o magistrado na sentença. “Reitera-se, portanto, que a cirurgia não é meramente estética e sim funcional, uma vez que se destina à adequação de gênero do autor, com indicação médica e psicológica”.

Além disso, o juiz ressaltou que, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, o contrato de adesão ao plano de saúde “deve ser interpretado pró-aderente, o que significa que as cláusulas obscuras devem ser aclaradas e devem prevalecer os princípios da boa-fé e da finalidade contratual, contra o abuso da exploração mercantil da medicina conveniada”.

“Impor aos transexuais limites e restrições indevidas ofende o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, de forma ampla, como já mencionado”, finalizou José Francisco Matos.

Cabe recurso da sentença.

Processo nº [1000406-60.2020.8.26.0565](#)

VEJA A [NOTICIA](#)

CONSUMIDOR

nudecon@defensoria.to.def.br | www.defensoria.to.def.br

Número XIII – Julho 2020

RESPONSABILIDADE CIVIL

5.1 - TJSP - INSTITUIÇÃO MÉDICA DEVERÁ INDENIZAR CASAL POR DIVULGAÇÃO DE RESULTADO TESTE DE GRAVIDEZ A TERCEIROS

06/07/2020

Paciente sequer havia realizado o exame.

A 9ª Vara Cível do Foro Regional de Santo Amaro condenou uma instituição médica ligada ao poder público a indenizar um casal por danos morais, no valor de R\$ 10 mil para cada um, pela divulgação de exame de gravidez a terceiros.

Consta dos autos que a autora, menor de idade à época dos fatos, realizou exames de rotina numa Unidade Básica de Saúde e uma funcionária da entidade-ré foi até sua residência para informar que seu teste de gravidez tinha dado positivo. Não encontrando ninguém na casa da autora, a funcionária dirigiu-se à vizinha e informou o resultado do exame, além de divulgar para funcionários da UBS. A requerente alegou que não havia realizado exame nenhum e que a atitude da preposta do laboratório provocou um escândalo na igreja em que frequentavam e na família do casal. O constrangimento foi tamanho que a autora fez exame posteriormente para constatar que não estava grávida e que tampouco havia realizado aborto.

O juiz Anderson Cortez Mendes afirmou que o caso é de responsabilização civil da empresa fornecedora do serviço. “Ao efetuar o desempenho de sua atividade empresarial, a ré deveria cercar-se das cautelas indispensáveis para que transtornos indevidos não fossem acarretados aos consumidores”, escreveu o magistrado na sentença.

O juiz ressaltou que a comunicação indevida dos resultados de exames a terceiros não responsáveis pela autora, que era menor de idade na época, além da divulgação de resultado de exame que sequer havia sido feito, ocasionou transtornos aos autores que geram o dever de indenizar. “Não se pode negar, nessa esteira, os transtornos ocasionados aos autores frente aos seus pais, comunidade e a igreja que frequentam com a divulgação de resultado de exame positivo para gravidez sequer realizado pela autora, menor de idade, na época dos fatos, por si só, afetam sua normalidade psíquica”, pontuou. “Anotese que o dano moral não é somente indenizável quando implica na provocação de abalo ao nome e a imagem da pessoa, mas também quando há como consequência do ato ilícito o sofrimento psicológico, tal como aquele decorrente dos transtornos causados pela recalcitrância do fornecedor em atender aos anseios do consumidor”, concluiu o juiz.

Cabe recurso da sentença.

Processo nº [1017046-81.2020.8.26.0002](#)

VEJA A [NOTICIA](#)

23

5.2 - TJSP - PASSEIRO QUE CONTRAIU SARAMPO EM CRUZEIRO MARÍTIMO SERÁ INDENIZADO

01/07/2020

Empresa ignorou riscos de contaminação.

A 19ª Câmara de Direito Privado negou provimento a recurso de uma empresa de cruzeiros contra sentença de primeiro grau que a condenou a pagamento de indenização a um passageiro. Consta dos autos que o apelado realizou cruzeiro marítimo em navio da

CONSUMIDOR

nudecon@defensoria.to.def.br | www.defensoria.to.def.br

Número XIII – Julho 2020

apelante e foi diagnosticado com sarampo dez dias depois do fim da viagem. O passageiro alegou que o contágio se deu enquanto estava no navio, tendo a empresa noticiado o contágio de parte da tripulação à Secretaria Municipal de Saúde de Santos. A indenização devida é de R\$ 15 mil.

Para a relatora do recurso, desembargadora Claudia Grieco Tabosa Pessoa, a apelante deveria ter observado as disposições do Código de Defesa do Consumidor quanto à proteção da vida, saúde e segurança do consumidor quando da prestação dos serviços. “Na hipótese dos autos, ao contrário do que alega a apelante, o serviço disponibilizado apresentou defeito manifestamente grave, à medida que colocou em risco à saúde do apelado”, escreveu a magistrada.

Quanto aonexo de causalidade, a desembargadora destacou que orientações da Secretaria de Estado da Saúde aos passageiros à época dos fatos contribuem para uma “suficiente verossimilhança fática quanto à hipótese de contágio a bordo”. Além disso, Claudia Grieco apontou que a empresa não exigiu prova da imunização para o embarque e testagem de seus tripulantes, ignorando o “risco de contaminação em época de propagação do vírus, especialmente agravado pelas condições de confinamento dos passageiros a bordo, em elevado número”. Segundo a magistrada, não resta dúvidas quanto ao dever de indenizar o passageiro apelado que, por conta do contágio, teve que se afastar de suas atividades, permanecendo em isolamento social e perdendo parte do ano letivo. “Destarte, inquestionável a sensação de angústia ante o mal ocorrido, frustração que não era esperada e que ultrapassa o mero dissabor, configurando efetivo dano de natureza moral, que deve ser indenizado”, ponderou a desembargadora, que considerou adequado o valor fixado pelo juízo de primeiro grau para indenização.

Participaram do julgamento, que teve votação unânime, os magistrados Samuel Francisco Mourão Neto e Daniela Ida Menegatti Milano.

Apelação Cível nº [1004299-12.2019.8.26.0010](#)

VEJA A [NOTICIA](#)

24

5.3 TJSP - [HIPERMERCADO É CONDENADO A INDENIZAR CONSUMIDOR AGREDIDO POR FUNCIONÁRIOS](#)

08/06/2020

Reparação por danos morais fixada em R\$ 20 mil.

A 3ª Vara Cível de São Bernardo do Campo julgou procedente ação indenizatória por danos morais impetrada por um homem que foi agredido dentro de uma loja de conhecida rede de hipermercados. A reparação foi fixada em R\$ 20 mil.

De acordo com os autos, o homem consumia uma bebida dentro do supermercado quando passou a ser seguido por funcionário. Ao indagar o motivo, outro segurança se juntou e ambos o ofenderam e intimidaram. A vítima pagou sua compra, mas foi agredido na saída do estabelecimento. Neste momento, duas testemunhas presenciaram as ofensas e agressões e ofereceram ajuda.

Segundo a juíza Juliana Pires Zanatta Cherubim Fernandez, restou comprovado que o homem foi ameaçado e efetivamente agredido pelos funcionários do estabelecimento. “Há boletim de ocorrência, imagens, assim como vídeo do sistema de vigilância, disponibilizado em matéria jornalística, comprovando a ofensa à integridade física do consumidor”, destacou.

CONSUMIDOR

nudecon@defensoria.to.def.br | www.defensoria.to.def.br

Número XIII – Julho 2020

“Não há dúvida que a agressão, além de ofender sua integridade física, é fato suficiente a causar abalo emocional pela humilhação impingida ao agredido, constringendo-o perante os demais consumidores, com violação à sua dignidade e aos direitos da personalidade. Não bastassem as agressões é certo que o autor foi também ameaçado pelos funcionários do estabelecimento, fato que abala a paz e o sossego do autor, ambos direitos personalíssimos que, uma vez infringidos, devem ser indenizados”, escreveu a juíza. Ao fixar o valor da indenização, a magistrada considerou “especialmente o propósito didático da penalidade, de forma a coibir novas ofensas, visto que prepostos da ré já praticaram condutas ofensivas aos direitos extrapatrimoniais de seus consumidores em outras oportunidades”. Cabe recurso da decisão.

Processo nº [1001581-29.2019.8.26.0564](#)VEJA A [NOTICIA](#)

5.4 - STJ - [LABORATÓRIO É CONDENADO A INDENIZAR ESPÓLIO DE PACIENTE QUE DESENVOLVEU JOGO PATOLÓGICO APÓS USO DE MEDICAMENTO](#) DECISÃO

12/06/2020 06:55

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) aumentou a indenização que um laboratório terá de pagar ao espólio de uma paciente que desenvolveu compulsão por jogos ao usar remédio para tratamento da doença de Parkinson. Ela dilapidou todo o seu patrimônio em decorrência do efeito colateral do medicamento – que não constava da bula na época em que ele foi utilizado.

Diagnosticada com Parkinson em 1997, a paciente passou a usar o medicamento Sifrol, cuja dose foi aumentada por recomendação médica em dezembro de 1999. No período de julho de 2001 a setembro de 2003, ela desenvolveu o chamado jogo patológico e acabou perdendo mais de R\$ 1 milhão. A compulsão terminou tão logo o uso contínuo do medicamento foi suspenso.

O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS) condenou o laboratório a pagar danos morais e 45% da perda patrimonial, pois reconheceu a culpa concorrente da paciente por ter utilizado o remédio em dosagem maior do que a recomendada.

Dever de informar

A ministra Nancy Andriighi, relatora dos recursos do laboratório e do espólio da paciente – que morreu no curso do processo –, afirmou que o caso deve ser resolvido com base no Código de Defesa do Consumidor (CDC), pois diz respeito a acidente de consumo, na modalidade fato do produto, uma vez que o medicamento não teria oferecido a segurança legitimamente esperada pelo usuário, em virtude da falta de informações sobre os riscos.

A relatora ressaltou que, no caso de medicamentos, o fabricante tem o dever de informar sobre o risco inerente ao seu uso, como previsto no **artigo 9º** do CDC – cuja violação caracteriza defeito do produto e gera a responsabilidade objetiva do fornecedor pelo dano causado.

"O fato de um medicamento causar efeitos colaterais ou reações adversas, por si só, não configura defeito do produto se o usuário foi prévia e devidamente informado e advertido sobre tais riscos inerentes, de modo a poder decidir, de forma livre, refletida e consciente, sobre o tratamento que lhe é prescrito, além de ter a possibilidade de mitigar eventuais danos que venham a ocorrer", disse.

CONSUMIDOR

nudecon@defensoria.to.def.br | www.defensoria.to.def.br

Número XIII – Julho 2020

Culpa concorrente

Segundo a ministra, ficou comprovado no processo que o jogo patológico – doença reconhecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) – foi efeito colateral do medicamento e que tal risco não constava da bula naquela época (atualmente, a bula alerta sobre essa possibilidade).

Para a relatora, a responsabilidade da empresa não pode ser afastada sob a alegação de se tratar de risco inerente ao desenvolvimento do produto, o qual não podia ser conhecido ou evitado no momento em que o medicamento foi colocado em circulação. Afinal, disse Nancy Andrichi, o defeito já era existente desde o momento da concepção do produto, "embora não perceptível *a priori*, caracterizando, pois, hipótese de fortuito interno".

A ministra considerou ainda que a culpa concorrente do consumidor não está elencada nas hipóteses que excluem a responsabilidade do fabricante, previstas no **parágrafo 3º** do artigo 12 do CDC. Para ela, a responsabilidade por eventual superdosagem ou por problemas com interação medicamentosa não pode recair sobre o paciente que segue estritamente as recomendações do seu médico – como no caso.

Ao afastar a culpa concorrente, Nancy Andrichi determinou o pagamento integral dos danos materiais. Levando em conta que a vítima tinha doença de Parkinson e que, por causa da compulsão, deixou de trabalhar como advogada quando já estava com mais de 50 anos, "fase de maior dificuldade de retorno ao mercado de trabalho", a ministra aumentou o valor dos danos morais de R\$ 20 mil para R\$ 30 mil.

Leia o [acórdão](#).

Esta notícia refere-se ao(s) processo(s): [REsp 1774372](#)

26

PROPAGANDA ENGANOSA

6.1 - TJSP - [JUSTIÇA SUSPENDE COMERCIALIZAÇÃO DE SABÃO EM PÓ QUE AFIRMA “ELIMINAR VÍRUS”](#)

11/06/2020

Eficácia contra a Covid-19 não é comprovada.

A 2ª Vara Empresarial e de Conflitos Relacionados à Arbitragem determinou que fabricante de sabão em pó, que em propagandas e na embalagem afirma “eliminar vírus”, suspenda a comercialização do produto, recolha as unidades que já estão no mercado e se abstenha de realizar novas campanhas publicitárias que façam alusão ao tema, sob pena de multa diária no valor de R\$ 50 mil para cada tipo de descumprimento.

Consta nos autos que uma concorrente da ré ingressou com a ação alegando que sofre concorrência desleal causada pela publicidade que alardeia que o produto rival auxilia na eliminação de vírus. Tal afirmação iria de encontro ao que recomenda a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Ao conceder a liminar, a juíza Renata Mota Maciel destacou que não há eficácia comprovada contra o novo coronavírus e que a propaganda, veiculada em pleno auge da pandemia, representa perigo aos consumidores. Apesar de a fabricante alegar que se refere a outros vírus e não especificamente à Covid-19, a magistrada pontuou que “toda e qualquer pessoa, menos ou mais esclarecida, exceto um especialista em vírus, ao avistar a

CONSUMIDOR

nudecon@defensoria.to.def.br | www.defensoria.to.def.br

Número XIII – Julho 2020

embalagem nas gôndolas dos supermercados, imediatamente fará associação da propaganda ao combate do coronavírus”. “Não vejo como não vincular a figura de um vírus e a expressão ‘o vírus’ a outra coisa que não seja o coronavírus SARS-CoV-2”, acrescentou.

Além disso, lembrou a juíza, a requerida não trouxe “nenhuma notícia de que antes da pandemia tivesse utilizado referida expressão e figura que remete a ‘vírus em geral’ em sua estratégia de marketing”. E concluiu: “A publicidade veiculada pela requerida, ao menos em tese, tem potencial de causar prejuízo aos concorrentes e, o que é ainda mais sério, pode induzir o consumidor a acreditar que o lava-roupas apresenta especialidade que não está demonstrada, ao menos até o momento, quando comparado aos demais produtos da mesma natureza”.

Cabe recurso da decisão.

Processo nº [1045436-58.2020.8.26.0100](#)

VEJA A [NOTICIA](#)

TRANSPORTE AÉREO:

7.1 - STJ - PARA TERCEIRA TURMA, DANO MORAL A PASSAGEIRO DE VOO INTERNACIONAL NÃO SE SUBMETE À CONVENÇÃO DE MONTREAL

DECISÃO

19/06/2020 07:00

Embora seja norma posterior ao Código de Defesa do Consumidor (CDC) e constitua legislação especial em relação aos contratos de transporte aéreo internacional – com prevalência, segundo o Supremo Tribunal Federal, sobre a legislação consumerista interna –, a Convenção de Montreal não pode ser aplicada para limitar a indenização devida aos passageiros em caso de danos morais decorrentes de atraso de voo ou extravio de bagagem, tendo em vista que o tratado internacional alcança apenas as hipóteses de dano material.

Com base nesse entendimento, a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) manteve acórdão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS) que, ao analisar ação por extravio de bagagem em voo internacional, confirmou a fixação de danos morais de R\$ 8 mil para cada passageiro, com base no CDC, e danos materiais conforme as notas fiscais dos gastos realizados pelos requerentes enquanto estiveram sem as malas, nos limites da Convenção de Montreal.

No recurso ao STJ, a companhia aérea afirmou que os conflitos sobre extravio de bagagem deveriam ser resolvidos pelas regras dos tratados internacionais ratificados pelo Brasil. Por isso, defendeu que fosse observado o parâmetro máximo da Convenção de Montreal para indenizações, cobrindo tanto os danos materiais quanto os morais.

Texto genérico

O relator do recurso especial, ministro Moura Ribeiro, explicou que, no transporte aéreo doméstico, incidem as regras do CDC ou do Código Civil, conforme esteja ou não caracterizada uma relação de consumo.

Já no transporte internacional, comentou, vigora atualmente a Convenção de Montreal – inserida no ordenamento jurídico brasileiro por meio do **Decreto 5.910/2006** –, que atribui

CONSUMIDOR

nudecon@defensoria.to.def.br | www.defensoria.to.def.br

Número XIII – Julho 2020

ao transportador a responsabilidade civil em hipóteses como morte ou lesão corporal, dano à bagagem ou à carga e atraso no transporte de passageiros, estabelecendo, ainda, limites ao dever de indenizar e fixando valores máximos a serem eventualmente pagos.

O relator reconheceu que a Convenção de Montreal trata dos danos de forma genérica, sem mencionar prejuízos materiais ou morais, mas apontou que, caso se admitisse que ela alcançou as duas espécies de dano, a indenização total não poderia ultrapassar o limite fixado pela norma internacional. Por outro lado, acrescentou, entendendo-se que o tratado se refere apenas aos prejuízos materiais, "a indenização por danos morais deve observar o princípio da efetiva reparação, previsto no CDC".

Atualização

Moura Ribeiro lembrou que a Convenção de Montreal representou uma mera atualização da Convenção de Varsóvia, firmada em 1929, quando não se cogitava de indenização por danos morais. Além disso, o ministro citou precedentes do STJ no sentido de que os prejuízos de ordem extrapatrimonial não admitem tabelamento prévio ou tarifação.

"Se os países signatários da Convenção de Montreal tinham a intenção de impor limites à indenização por danos morais nos casos de atraso de voo e de extravio de bagagem/carga, deveriam tê-lo feito de modo expresso", concluiu o ministro ao manter o acórdão do TJRS.

Leia o [acórdão](#).

Esta notícia refere-se ao(s) processo(s): **REsp 1842066**

7.2 - STJ - [ERRO GROSSEIRO DE SISTEMA NÃO OBRIGA EMPRESAS A EMITIR PASSAGENS COMPRADAS A PREÇO MUITO BAIXO](#)

DECISÃO

16/06/2020 06:55

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou provimento ao recurso de um casal e manteve decisão que concluiu que o site de passagens Decolar e a companhia aérea KLM não eram obrigados a se responsabilizar pela emissão de bilhetes reservados a preços baixíssimos – decorrência de uma falha do site.

O colegiado, levando em conta que a reserva foi cancelada dois dias depois e que não houve cobrança no cartão de crédito, entendeu que não seria possível, em razão de um erro grosseiro no sistema de preços do site, exigir a emissão dos bilhetes de viagem.

O casal fez reservas de passagens de Brasília para Amsterdã pela companhia KLM no site da Decolar, por um preço muito abaixo do normal: cerca de R\$ 1 mil para os dois. Após receberem o e-mail de confirmação da reserva, eles foram surpreendidos com o seu cancelamento. Não houve necessidade de estorno no cartão de crédito, pois a cobrança não foi feita no momento da reserva.

Os consumidores acionaram na Justiça a Decolar e a KLM para garantir a emissão dos bilhetes nos termos da oferta, pedindo ainda indenização de danos morais pelo transtorno. A sentença, mantida em segunda instância, condenou as empresas ao pagamento de R\$ 2 mil por danos morais, mas rejeitou o pedido de emissão dos bilhetes.

No recurso especial, o casal insistiu na emissão das passagens e pediu o aumento do valor dos danos morais.

Bom senso

CONSUMIDOR

nudecon@defensoria.to.def.br | www.defensoria.to.def.br

Número XIII – Julho 2020

Segundo a ministra Nancy Andrighi, relatora do recurso, as instâncias ordinárias reconheceram a falha na prestação dos serviços, a despeito de concluírem não ter havido descaso das empresas com os consumidores.

A controvérsia – acrescentou – deve ser analisada sob a ótica da razoabilidade e do bom senso. A relatora ressaltou que a reserva foi feita por preços "muito aquém" do normal praticado pelo mercado – um dos trechos de Brasília a Amsterdã saiu por R\$ 300 –, e não chegou a haver a emissão dos bilhetes eletrônicos, ou seja, a compra não foi formalizada.

Nancy Andrighi afirmou que, diante de inegável erro grosseiro do sistema no carregamento de preços, não se pode reconhecer falha na prestação dos serviços por parte das empresas, que prontamente tomaram providências para impedir o lançamento de valores na fatura do cartão de crédito e informaram o cancelamento da operação apenas dois dias após a reserva.

De acordo com a relatora, as particularidades do caso afastam a incidência do princípio da vinculação da oferta (**artigo 30** do Código de Defesa do Consumidor).

"Deve-se enfatizar o real escopo da legislação consumerista, que, reitera-se, não tem sua razão de ser na proteção ilimitada do consumidor – ainda que reconheça a sua vulnerabilidade –, mas, sim, na promoção da harmonia e do equilíbrio das relações de consumo", concluiu.

Por não considerar o valor irrisório ou exagerado, a Terceira Turma manteve a indenização por danos morais em R\$ 2 mil.

Leia o [acórdão](#).

Esta notícia refere-se ao(s) processo(s): **REsp 1794991**

29

SERVIÇOS PUBLICOS – ENERGIA ELÉTRICA:

8.1 - TJSP - CONCESSIONÁRIA PODERÁ CORTAR ENERGIA POR INADIMPLÊNCIA DE SHOPPING CENTER

17/07/2020

Estabelecimento deixou de pagar por conta da pandemia.

O juiz Marco Antonio Barbosa de Freitas, da 16ª Vara Cível da Capital, determinou que concessionária poderá cortar energia elétrica de shopping center por inadimplência. O estabelecimento pedia a suspensão da ordem de interrupção do serviço por conta da pandemia de Covid-19, que a obrigou a suspender seus serviços no final de março.

"Anoto que por meio da Resolução nº 878/20, a Aneel tratou de regular casos que merecem atenção especial do Estado para obter a providência que aqui a autora - portentoso espaço comercial em Taubaté -, quer conseguir com a guarida judicial; contudo, a autora não está lá contemplada, como também sua situação não está prevista na Lei nº 14.010/20, que criou o denominado 'Regime Jurídico Emergencial e Transitório das relações jurídicas de Direito Privado'", escreveu o magistrado na decisão.

Para ele, o pedido também não comporta provimento pois, "conforme admite a própria autora na exordial, 'toda a conta de energia do shopping center, áreas comuns e de cada um de seus locatários/lojistas, é arcado integralmente pelo autor e depois, diante de

CONSUMIDOR

nudecon@defensoria.to.def.br | www.defensoria.to.def.br

Número XIII – Julho 2020

medidor individual, são cobradas as contas de energia específicas individualmente e rateada a conta de energia das áreas comuns”. Por fim, o juiz Marco Antonio Barbosa de Freitas destacou que a primeira fatura não paga, com vencimento em 26 de março, seria referente ao mês anterior, em que as atividades ainda não haviam sido suspensas. Cabe recurso da decisão.

Processo nº [1031639-15.2020.8.26.0100](#)VEJA A [NOTICIA](#)

8.2 TJSP - [FÁBRICA DE VIDRO NÃO PODERÁ SOFRER CORTE DE ENERGIA](#)

15/07/2020

Decreto da União classifica a atividade como essencial.

A 3ª Vara Cível Central da Capital julgou, ontem (14), procedente ação para impedir corte de energia de indústria de vidro. O fornecimento não deve ser interrompido enquanto estiver vigente o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, da União, que assegura o exercício e o funcionamento dos serviços públicos e atividades essenciais, como as cadeias de produção do vidro.

A autora da ação alega que que as atividades em sua fábrica foram paralisadas em razão da pandemia. Segundo o juiz Christopher Alexander Roisin, como o objeto social da indústria é a produção de vidro, a energia não poderá ser cortada. “Tendo o poder regulamentar da energia afirmado que não pode ser interrompido o fornecimento das indústrias que o utilizam como matéria prima para a produção de vidro, o pedido é procedente”, afirmou o magistrado.

Cabe recurso da decisão.

Processo nº [1037705-11.2020.8.26.0100](#)VEJA A [NOTÍCIA](#)

30

8.3 TJSP - [DEVIDO AOS REFLEXOS DA PANDEMIA, DISTRIBUIDORA DEVE COBRAR APENAS ENERGIA EFETIVAMENTE CONSUMIDA POR POSTO](#)

12/07/2020

Contrato obrigava empresa a pagar quantia mínima mensal.

A 45ª Vara Cível Central da Capital julgou parcialmente procedente pedido de posto de gasolina contra empresa de fornecimento e distribuição de energia. À distribuidora foi imposta a obrigação de calcular a conta com base na efetiva energia consumida até a fatura com vencimento em dezembro de 2020, ou até a revogação do estado de calamidade pública decretado diante da pandemia do novo coronavírus; e foi proibida de aplicar corte de energia ou qualquer medida sancionatória ou compensatória contra a empresa consumidora enquanto se mantiver adimplente.

Consta nos autos que as partes firmaram contrato de aquisição e faturamento de volume mínimo fixo de energia. Segundo a autora, o advento das restrições de funcionamento dos estabelecimentos comerciais para combater a pandemia causou prejuízos diários. Assim, solicitou a suspensão das obrigações de adquirir e de pagar por quantia preestabelecida.

CONSUMIDOR

nudecon@defensoria.to.def.br | www.defensoria.to.def.br

Número XIII – Julho 2020

O juiz Guilherme Ferreira da Cruz analisou por diversos ângulos os reflexos da pandemia da Covid-19 sobre o fornecimento de energia elétrica. Entre os pontos avaliados pelo magistrado estão a companhia tratada como consumidora; o direito básico à alteração contratual; a revisão superveniente x base do negócio; o fornecimento de energia elétrica x caso fortuito/força maior; e outros. “Tudo a tornar viável, de modo excepcional e forte no necessário equilíbrio, a divisão de riscos entre consumidor e fornecedor como forma de evitar a exceção de ruína”, afirmou o magistrado.

Segundo o juiz, o equilíbrio é a premissa fundamental na análise dos reflexos jurídicos da pandemia. “Isto porque o equilíbrio é a pedra angular das relações de consumo, a harmonizar os interesses envolvidos no intuito de impedir o confronto ou o acirramento de ânimos. Esse princípio, na busca do direito justo, limita os da obrigatoriedade e da autonomia da vontade”, escreveu. “A empresa fornecedora de energia pode suportar, por período curto, definido na sentença, a contraprestação mensal faturada apenas com base no efetivo consumo da empresa consumidora”, concluiu. Cabe recurso da decisão.

Processo nº [1036120-21.2020.8.26.0100](#)

VEJA A [NOTÍCIA](#)

TRANSPORTE PÚBLICO

9.1 TJSP - [JUSTIÇA DETERMINA RETORNO INTEGRAL DA FROTA DE ÔNIBUS DA CIDADE DE SÃO PAULO](#)

16/07/2020

Redução causa aglomerações, afirma sindicato de motoristas.

O desembargador Fernão Borba Franco, da 7ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, determinou o retorno integral da frota de ônibus da cidade de São Paulo. Devido à pandemia da Covid-19, atualmente apenas parte circulava pelas ruas. O magistrado destacou em sua decisão que a Municipalidade deve também continuar a cumprir as demais medidas de higiene e segurança, como a fiscalização em terminais de ônibus do uso obrigatório das máscaras por passageiros e funcionários; a disponibilização de álcool em gel em concentração superior a 70%; a limitação do número de passageiros por veículo; e o afastamento de funcionários em grupo de risco.

A ação é de autoria do Sindicato dos Motoristas e Trabalhadores em Transporte Rodoviário Urbano de São Paulo. A entidade alega que a redução da frota de ônibus vem causando aglomeração de passageiros. A diminuição foi uma das atitudes tomadas pelo Poder Público para tentar conter a pandemia.

“Em que pese tais medidas fossem condizentes com o momento de restrição de circulação de pessoas e de política de isolamento social, elas não mais se justificam em contexto de progressiva retomada das atividades comerciais e econômicas na capital”, ponderou o desembargador.

Fernão Borba Franco destaca que, à retomada das atividades, “não se seguiu qualquer proposta apresentada a público pela Secretaria Municipal de Mobilidade de Transportes (SMT) que permitisse o deslocamento em segurança por transporte público coletivo. As medidas adotadas são absolutamente incompatíveis: autoriza-se o retorno amplo da circulação de pessoas, mas não os modais a proporcionar a segurança desta circulação”.

CONSUMIDOR

nudecon@defensoria.to.def.br | www.defensoria.to.def.br

Número XIII – Julho 2020

“Há, a propósito, estudos realizados por autoridades sanitárias e por universidades públicas federais que afirmam ser os ambientes com aglomeração de pessoas (tais como o transporte público coletivo) os mais propícios ao contágio pela Covid-19”, pontuou o desembargador. “Dada a impossibilidade de suspensão da prestação de serviços públicos essenciais, a sua adaptação à realidade emergencial é medida que se impõe.”

Agravo de Instrumento nº [2160600-63.2020.8.26.0000](#)

VEJA A [NOTÍCIA](#)

JURISPRUDÊNCIAS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Informativos do STJ nº: 667, 668, 669, 670, 671, 672 e 673

TERCEIRA TURMA

PROCESSO	REsp 1.679.501-GO , Rel. Min. Nancy Andrighi, Terceira Turma, por unanimidade, julgado em 10/03/2020, DJe 13/03/2020
RAMO DO DIREITO	DIREITO CIVIL
TEMA	Venda de bem. Ascendente a descendente. Interposta pessoa. Negócio jurídico anulável. Prazo decadencial de 2 (dois) anos.

32

DESTAQUE

A venda de bem entre ascendente e descendente, por meio de interposta pessoa, é ato jurídico anulável, aplicando-se o prazo decadencial de 2 (dois) anos previsto no art. 179 do CC/2002.

INFORMAÇÕES DO INTEIRO TEOR

O propósito recursal é definir se a venda de bem entre ascendente e descendente, por meio de interposta pessoa, é ato jurídico nulo ou anulável, bem como se está fulminada pela decadência a pretensão de desconstituição do referido ato.

O STJ, ao interpretar a norma inserta no artigo 496 do CC/2002, perfilhou o entendimento de que a alienação de bens de ascendente a descendente, sem o consentimento dos demais, é ato jurídico anulável, cujo reconhecimento reclama: (i) a

CONSUMIDOR

nudecon@defensoria.to.def.br | www.defensoria.to.def.br

Número XIII – Julho 2020

iniciativa da parte interessada; (ii) a ocorrência do fato jurídico, qual seja, a venda inquinada de inválida; (iii) a existência de relação de ascendência e descendência entre vendedor e comprador; (iv) a falta de consentimento de outros descendentes; e (v) a comprovação de simulação com o objetivo de dissimular doação ou pagamento de preço inferior ao valor de mercado.

Quando ocorrida a venda direta, não pairam dúvidas acerca do prazo para pleitear a desconstituição do ato, pois o CC/2002 declara expressamente a natureza do vício da venda – qual seja, o de anulabilidade (art. 496) –, bem como o prazo decadencial para providenciar a sua anulação – 2 (dois) anos, a contar da data da conclusão do ato (art. 179).

Anota-se que, nas hipóteses de venda direta de ascendente a descendente, a comprovação da simulação é exigida, de forma que, caso comprovado que a venda tenha sido real, e não simulada para mascarar doação - isto é, evidenciado que o preço foi realmente pago pelo descendente, consentâneo com o valor de mercado do bem objeto da venda, ou que não tenha havido prejuízo à legítima dos demais herdeiros -, a mesma poderá ser mantida.

Destarte, considerando que a venda por interposta pessoa não é outra coisa que não a tentativa reprovável de contornar-se a exigência da concordância dos demais descendentes, bem como do cônjuge, para que seja hígida a venda de ascendente a descendente, deverá receber o mesmo tratamento conferido à venda direta que se faça sem tal aquiescência.

Assim, considerando igualmente anulável a venda, será aplicável o art. 179 do CC/2002, que prevê o prazo decadencial de 2 (dois) anos para a anulação do negócio.

Destaca-se que a causa real de anulabilidade do negócio jurídico não é propriamente a simulação em si, mas a infringência taxativa ao preceito legal contido no art. 496 do CC/2002. Por esta razão, não há se falar na aplicabilidade dos arts. 167, § 1º, I, e 169 do CC/2002. **(Informativo nº 667).**

33

PROCESSO	REsp 1.747.540-SC , Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, por unanimidade, julgado em 10/03/2020, DJe 13/03/2020
RAMO DO DIREITO	DIREITO CIVIL
TEMA	Pensão alimentícia. Base de cálculo. Diárias de viagem e tempo de espera indenizado. Verbas indenizatórias. Não incidência.
DESTAQUE	

CONSUMIDOR

nudecon@defensoria.to.def.br | www.defensoria.to.def.br

Número XIII – Julho 2020

Não incide desconto de pensão alimentícia sobre as parcelas denominadas diárias de viagem e tempo de espera indenizado.

INFORMAÇÕES DO INTEIRO TEOR

Os alimentos incidem sobre verbas pagas em caráter habitual, não se aplicando a quaisquer daquelas que não ostentem caráter usual ou que sejam equiparadas à indenização.

É cediço, portanto, que a verba alimentar apenas incide sobre vencimentos, salários ou proventos auferidos pelo devedor no desempenho de sua função ou de suas atividades empregatícias, decorrentes dos rendimentos ordinários do devedor, motivo pelo qual se excluem as parcelas indenizatórias e os descontos obrigatórios da sua base de cálculo.

Nesse contexto, corroborando doutrina sobre o tema, a jurisprudência do STJ exclui da base de cálculo da obrigação alimentar as parcelas indenizatórias.

Assim, sendo as diárias de viagem e tempo de espera indenizado verbas de natureza manifestamente indenizatórias, não há incidência da pensão alimentícia sobre tais valores. . (Informativo nº 667).

34

PROCESSO	REsp 1.821.107-ES , Rel. Min. Moura Ribeiro, Terceira Turma, por unanimidade, julgado em 10/03/2020, DJe 12/03/2020
RAMO DO DIREITO	DIREITO CIVIL
TEMA	Investigatória de paternidade cumulada com alimentos. Acordo homologado a respeito do valor da pensão. Omissão quanto ao termo inicial. Retroatividade. Data da citação.

DESTAQUE

Na ausência de expressa previsão no acordo de alimentos a respeito do seu termo inicial, deve prevalecer o disposto no § 2º do art. 13 da Lei n. 5.478/1968 (Lei de Alimentos), segundo o qual, em qualquer caso, os alimentos fixados retroagem à data da citação.

INFORMAÇÕES DO INTEIRO TEOR

CONSUMIDOR

nudecon@defensoria.to.def.br | www.defensoria.to.def.br

Número XIII – Julho 2020

O cerne da controvérsia consiste em saber, diante da omissão do acordo de alimentos celebrado entre as partes na ação investigatória de paternidade, qual o termo inicial da obrigação alimentar pretérita, ou seja, a data da homologação do ajuste ou da citação do investigado/alimentante.

Convém ressaltar que o § 2º do art. 13 da Lei de Alimentos é suficientemente claro ao determinar que, em qualquer caso, os alimentos fixados retroagem à data da citação.

E se a lei diz expressamente que em qualquer caso eles retroagem, não cabe ao intérprete fazer restrições onde o legislador não as fez, de modo que não há justificativa para que os alimentos fixados em acordo celebrado em ação investigatória de paternidade não recebam o mesmo tratamento, sob o singelo argumento de que o ajuste foi omissivo a respeito do seu termo inicial.

Para excepcionar tal norma, que é a regra, o acordo celebrado entre os litigantes a respeito dos alimentos deveria expressamente ter previsto que tal verba alimentar seria devida somente a partir da sua homologação judicial, o que não ocorreu.

Com efeito, não é razoável deduzir que, diante da omissão a respeito do termo inicial dos alimentos, as prestações devidas entre a citação e a fixação dos alimentos não foram objeto do ajuste e, por isso, não são devidas, pois implicaria aceitar renúncia de crédito alimentar de menores, o que não é permitido pelo nosso ordenamento jurídico.

Esse entendimento está em harmonia com a jurisprudência desta Corte Superior, firmada no sentido de que, em qualquer caso, os alimentos retroagem à data da citação, bem como com o entendimento cristalizado em sua Súmula nº 277, segundo o qual, julgada procedente a investigação de paternidade, os alimentos são devidos desde a citação.

Assim, deve prevalecer o entendimento de que o termo inicial da pensão alimentícia, ainda que decorrente de acordo homologado judicialmente que não o previu, é a data da citação, ainda mais diante da natureza declaratória da sentença que julga procedente pedido investigatório de paternidade, reconhecendo uma situação pré-existente, lembrando que seus efeitos operam *ex tunc*, até mesmo sobre a parcela de natureza alimentar. **(Informativo nº 667).**

35

QUARTA TURMA

PROCESSO

[REsp 1.528.626-RS](#), Rel. Min. Luis Felipe Salomão, Rel. Acd. Min. Raul Araújo, Quarta Turma, por maioria, julgado em 17/12/2019, DJe 16/03/2020

RAMO DO DIREITO

DIREITO CIVIL

CONSUMIDOR

nudecon@defensoria.to.def.br | www.defensoria.to.def.br

Número XIII – Julho 2020

TEMA

Bem móvel. Contrato de arrendamento mercantil firmado por terceiro. Dívida prescrita. Usucapião. Possibilidade.

DESTAQUE

A existência de contrato de arrendamento mercantil do bem móvel impede a aquisição de sua propriedade pela usucapião, contudo, verificada a prescrição da dívida, inexistente óbice legal para prescrição aquisitiva.

INFORMAÇÕES DO INTEIRO TEOR

A princípio, a existência de contrato de arrendamento mercantil do bem móvel impede a aquisição de sua propriedade pela usucapião, em vista da precariedade da posse exercida pelo devedor arrendatário.

No caso, apesar do contrato de arrendamento, que tornava possível o manejo da ação para a cobrança das prestações em atraso e ensejava, concomitantemente, a reintegração de posse, permaneceu inerte o credor arrendante. Após o transcurso do prazo de cinco anos, no qual se verificou a prescrição do direito do credor arrendante, a autora da ação de usucapião permaneceu com a posse do veículo, que adquirira do devedor arrendatário, por mais de cinco anos, fato que ensejou a ocorrência da prescrição aquisitiva.

Destaca-se que a usucapião, nesses casos, independe de justo título ou de boa-fé, nos termos do art. 1.261 do Código Civil. Logo, os vícios que inicialmente maculavam a posse, após o decurso de cinco anos, qualificados pela inação do titular do direito de propriedade, entidade arrendante, desapareceram.

Assim, a lei torna irrelevantes aqueles vícios inicialmente ocorrentes e passa a proteger a posse e legitimar a propositura da ação de usucapião do bem móvel. **(Informativo nº 667)**

36**SEGUNDA SEÇÃO****PROCESSO**

[REsp 1.799.343-SP](#), Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, Rel. Acđ. Min. Nancy Andrighi, Segunda Seção, por maioria, julgado em 11/03/2020, DJe 18/03/2020 (Tema IAC 5)

RAMO DO DIREITO

DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO

TEMA

Plano de saúde coletivo. Modalidade autogestão empresarial. Competência da Justiça comum. Instituído em contrato de

CONSUMIDOR

nudecon@defensoria.to.def.br | www.defensoria.to.def.br

Número XIII – Julho 2020

trabalho, convenção ou acordo coletivo. Competência da Justiça do Trabalho. Tema IAC 5.

DESTAQUE

Compete à Justiça comum julgar as demandas relativas a plano de saúde de autogestão empresarial, exceto quando o benefício for instituído em contrato de trabalho, convenção ou acordo coletivo, hipótese em que a competência será da Justiça do Trabalho, ainda que figure como parte trabalhador aposentado ou dependente do trabalhador.

INFORMAÇÕES DO INTEIRO TEOR

No julgamento do CC 157.664/SP (DJe de 25.05.2018), instaurado em ação de obrigação de fazer, na qual se pleiteava a manutenção de beneficiário de plano de saúde coletivo nas mesmas condições de que gozava quando da vigência do contrato de trabalho, a Segunda Seção declarou a competência da Justiça comum para o processamento e julgamento da demanda.

Entendeu, de um lado, que, "se a demanda é movida com base em conflitos próprios da relação empregatícia ou do pagamento de verbas dela decorrentes, então a competência para seu julgamento será da Justiça do Trabalho, de acordo com o art. 114, IX, da CF/88"; de outro lado, reconheceu que, "não havendo discussão sobre o contrato de trabalho nem direitos trabalhistas, destaca-se a natureza eminentemente civil do pedido, o que atrai a competência da Justiça comum".

Desse modo, a jurisprudência da Segunda Seção reconhece a autonomia da saúde suplementar em relação ao Direito do Trabalho, tendo em vista que o plano de saúde coletivo disponibilizado pelo empregador ao empregado não é considerado salário. A operadora de plano de saúde de autogestão, vinculada à instituição empregadora, é disciplinada no âmbito do sistema de saúde suplementar, e o fundamento jurídico para avaliar a procedência ou improcedência do pedido está estritamente vinculado à interpretação da Lei dos Planos de Saúde, o que evidencia a natureza eminentemente civil da demanda.

Noutra toada, segundo também a orientação da Seção, a competência da Justiça do Trabalho restringe-se às hipóteses em que o plano de saúde é de autogestão empresarial e instituído por meio de convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho (como sói acontecer, por exemplo, com os empregados da Petrobrás), porque tal circunstância vincula o benefício ao contrato individual de trabalho e atrai a incidência da regra insculpida no art. 1º da Lei n. 8.984/1995; nas demais hipóteses, entretanto, a competência será da Justiça comum. **(Informativo 668)**

TERCEIRA TURMA

CONSUMIDOR

nudecon@defensoria.to.def.br | www.defensoria.to.def.br

Número XIII – Julho 2020

PROCESSO	AgInt no REsp 1.843.073-SP , Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, por unanimidade, julgado em 30/03/2020, DJe 06/04/2020
RAMO DO DIREITO	DIREITO CIVIL
TEMA	Pagamento em parcelas. Imputação do pagamento. Juros. Possibilidade. Ausência de óbice contratual.
DESTAQUE	

No pagamento diferido em parcelas, não havendo disposição contratual em contrário, é legal a imputação do pagamento primeiramente nos juros.

INFORMAÇÕES DO INTEIRO TEOR

A imputação dos pagamentos primeiramente nos juros é instituto que, via de regra, alcança todos os contratos em que o pagamento é diferido em parcelas, porquanto tem por objetivo diminuir a oneração do devedor, evitando-se que os juros sejam integrados ao capital para somente depois abater o valor das prestações, de modo a evitar que sobre eles incida novo cômputo de juros.

Nessa linha é a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, admitindo a utilização do instituto quando o contrato não disponha expressamente em contrário.

Registre-se que o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o mérito do RE 592.377/RS (tema em repercussão geral 33), firmou o entendimento no sentido de que o art. 5º da Medida Provisória n. 2.170-36/2001, assentindo a capitalização mensal de juros no sistema financeiro, não padece de inconstitucionalidade, na medida em que preenche os requisitos exigidos no art. 62 da Constituição da República. **(Informativo nº 669)**

TERCEIRA TURMA

PROCESSO	REsp 1.787.027-RS , Rel. Min. Nancy Andriighi, Terceira Turma, por maioria, julgado em 04/02/2020, DJe 24/04/2020
RAMO DO DIREITO	DIREITO CIVIL
TEMA	Cônjuges casados sob o regime da comunhão universal de bens. Doação. Nulidade. Arts. 145, II, 262 e 1.176, todos do CC/1916.
DESTAQUE	

CONSUMIDOR

nudecon@defensoria.to.def.br | www.defensoria.to.def.br

Número XIII – Julho 2020

É nula a doação entre cônjuges casados sob o regime da comunhão universal de bens.

INFORMAÇÕES DO INTEIRO TEOR

Em se tratando de regime de bens em que os cônjuges possuem a copropriedade do acervo patrimonial que possuíam e que vierem a adquirir na constância do vínculo conjugal, destaca-se, desde logo, a manifesta impossibilidade de que haja doação entre cônjuges casados sob esse regime, na medida em que, se porventura feita a doação, o bem doado retornaria, uma vez mais, ao patrimônio comum amealhado pelo casal.

Conquanto essa matéria não tenha sido amplamente debatida nesta Corte, há antigo precedente exatamente no sentido de que "a doação entre cônjuges, no regime de comunhão universal de bens, é nula, por impossibilidade jurídica do seu objeto" (AR 310/PI, 2ª Seção, DJ 18/10/1993).

Por fim, na vigência do Código Civil de 1916, a existência de descendentes ou de ascendentes excluía o cônjuge sobrevivente da ordem da vocação hereditária, ressalvando-se, em relação a ele, todavia, a sua meação, de modo que, reconhecida a nulidade da doação entre cônjuges casados sob o regime da comunhão universal de bens, deve ser reservada a meação do cônjuge sobrevivente e deferida aos herdeiros necessários a outra metade. **(Informativo nº 670)**

39

PROCESSO

[REsp 1.787.027-RS](#), Rel. Min. Nancy Andrighi, Terceira Turma, por maioria, julgado em 04/02/2020, DJe 24/04/2020

RAMO DO DIREITO

DIREITO CIVIL

TEMA

Contrato de mandato. Ausência de reconhecimento de firma da assinatura. Relativização de vícios formais. Autenticidade comprovada por perícia grafotécnica.

DESTAQUE

A ausência do reconhecimento de firma da assinatura do mandante não induz, necessariamente, a nulidade do instrumento particular de mandato.

INFORMAÇÕES DO INTEIRO TEOR

CONSUMIDOR

nudecon@defensoria.to.def.br | www.defensoria.to.def.br

Número XIII – Julho 2020

Nos termos do art. 1.289, §4º, do Código Civil de 1916, "o reconhecimento da letra e firma no instrumento particular é condição essencial à sua validade, em relação a terceiros".

Embora o respeito à forma prescrita em lei tenha relevância – se assim não fosse, seria desnecessária a existência de previsões legais de cunho essencialmente formal como condições de validade dos negócios jurídicos – é bem verdade que se deve se admitir, ainda que excepcionalmente, a relativização de vícios formais, especialmente aqueles que se podem reputar como menos graves e que sejam insuficientes para comprometer a substância do ato negocial.

No caso, embora não tenha havido, na forma da lei, o reconhecimento de firma da assinatura do mandante do contrato de mandato, qualquer dúvida acerca da autenticidade do documento foi dirimida pela prova pericial grafotécnica. **(Informativo nº 670)**

PROCESSO	REsp 1.693.732-MG , Rel. Min. Nancy Andrighi, Terceira Turma, por unanimidade, julgado em 05/05/2020, DJe 11/05/2020
RAMO DO DIREITO	DIREITO CIVIL
TEMA	Usucapião especial urbana. Forma de aquisição da propriedade. Fluência do prazo prescricional. Causa impeditiva que cessa com a separação judicial, o divórcio e também com a separação de fato por longo período. Tratamento isonômico para situações semelhantes.
DESTAQUE	

A separação de fato por longo período afasta a regra de impedimento da fluência da prescrição entre cônjuges prevista no art. 197, I, do CC/2002 e viabiliza a efetivação da prescrição aquisitiva por usucapião.

INFORMAÇÕES DO INTEIRO TEOR

Cinge-se a controvérsia a definir se a separação de fato de um casal é suficiente para cessar a causa impeditiva da fluência do prazo prescricional prevista no art. 197, I, do CC/2002, e, assim, para deflagrar o cômputo do prazo para a prescrição aquisitiva do imóvel previsto no art. 1.240 do CC/2002.

Inicialmente, sublinhe-se que duas espécies distintas de prescrição são reguladas pelo CC/2002: a extintiva, relacionada ao escoamento do lapso temporal

CONSUMIDOR

nudecon@defensoria.to.def.br | www.defensoria.to.def.br

Número XIII – Julho 2020

para que se deduza judicialmente pretensão decorrente de violação de direito (arts. 189 a 206) e a aquisitiva, relacionada à forma de aquisição da propriedade pela usucapião (arts. 1.238 a 1.244).

Nesse cenário, é importante destacar que a causa impeditiva de fluência do prazo prescricional prevista no art. 197, I, do CC/2002, conquanto topologicamente inserida no capítulo da prescrição extintiva, também se aplica às prescrições aquisitivas, ou seja, à usucapião, na forma do art. 1.244 do CC/2002.

Superada essa questão, é preciso examinar, ainda, se a "constância da sociedade conjugal", exigida na regra que impede a fluência do prazo da prescrição aquisitiva entre cônjuges, cessa somente com a separação de fato, ou se é indispensável que tenha havido divórcio ou separação.

Nesse contexto, é bem verdade que a regra do art. 1.571, III e IV, do CC/2002, prevê que a sociedade conjugal terminará pela separação judicial ou pelo divórcio, não prevendo textualmente o término da sociedade conjugal somente pela separação de fato.

Nesse ponto, não se pode olvidar que a Terceira Turma, no julgamento do REsp 1.660.947/TO, reconheceu a possibilidade de afastar a regra de impedimento da fluência da prescrição entre cônjuges a partir da separação de fato.

Extrai-se da *ratio decidendi* do referido julgado que a regra do art. 197, I, do Código Civil, está assentada em razões de ordem moral e busca a preservação da confiança, do afeto, da harmonia e da estabilidade do vínculo conjugal, que seriam irremediavelmente abalados na hipótese de ajuizamento de ações judiciais de um cônjuge em face do outro ainda na constância da sociedade conjugal.

Ocorre que a separação de fato por longo período, como bem destaca o mencionado precedente, produz exatamente o mesmo efeito das formas textualmente previstas no CC/2002 para o término da sociedade conjugal, não se podendo impor tratamento diferenciado para situações que se encontram umbilicalmente vinculadas.

Dessa forma, é correto afirmar que o requisito temporal quinquenal estabelecido no art. 1.240, *caput*, do CC/2002, pode ser cumprido no período da separação de fato. **(Informativo nº 671)**

41

PROCESSO

[REsp 1.833.824-RS](#), Rel. Min. Nancy Andrighi, Terceira Turma, por unanimidade, julgado em 05/05/2020, DJe 11/05/2020

RAMO DO DIREITO

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL

CONSUMIDOR

nudecon@defensoria.to.def.br | www.defensoria.to.def.br

Número XIII – Julho 2020

TEMA

Cédula de crédito bancário com alienação fiduciária em garantia. Inadimplemento. Regime jurídico aplicável. Decreto-Lei n. 911/1969. Inscrição em órgãos de proteção ao crédito. Possibilidade. Exercício regular do direito de crédito.

DESTAQUE

O credor fiduciário regido pelo Decreto-Lei n. 911/1969, em caso de inadimplemento contratual, pode promover a inscrição dos nomes dos devedores solidários em bancos de dados de proteção ao crédito, independentemente de optar pela excussão da garantia ou pela ação de execução.

INFORMAÇÕES DO INTEIRO TEOR

O propósito recursal consiste em definir se o credor fiduciário, na hipótese de inadimplemento do contrato, é obrigado a promover a venda do bem alienado fiduciariamente, antes de proceder à inscrição dos nomes dos devedores em cadastros de proteção ao crédito.

O debate gira em torno da interpretação do art. 1.364 do CC/2002, segundo o qual "vencida a dívida, e não paga, fica o credor obrigado a vender, judicial ou extrajudicialmente, a coisa a terceiros, a aplicar o preço no pagamento de seu crédito e das despesas de cobrança, e a entregar o saldo, se houver, ao devedor".

Contudo, no ordenamento jurídico brasileiro, coexiste um duplo regime jurídico da propriedade fiduciária: a) o regime jurídico geral do Código Civil, que disciplina a propriedade fiduciária sobre coisas móveis infungíveis, sendo o credor fiduciário qualquer pessoa natural ou jurídica; e b) o regime jurídico especial, formado por um conjunto de normas extravagantes, dentre as quais o Decreto-Lei n. 911/1969, que trata da propriedade fiduciária sobre coisas móveis fungíveis e infungíveis, além da cessão fiduciária de direitos sobre coisas móveis ou de títulos de crédito, restrito o credor fiduciário à pessoa jurídica instituição financeira.

Assim, em se tratando de alienação fiduciária de coisa móvel infungível envolvendo instituição financeira, o regime jurídico aplicável é aquele do Decreto-Lei n. 911/1969, devendo as disposições gerais do Código Civil incidir apenas em caráter supletivo.

Essa aplicação supletiva do Código Civil, todavia, não se faz necessária na espécie, haja vista que o DL n. 911/69 contém disposição expressa que faculta ao credor fiduciário, na hipótese de inadimplemento ou mora no cumprimento das obrigações contratuais pelo devedor, optar por recorrer diretamente à ação de execução, caso não prefira retomar a posse do bem e vendê-lo a terceiros.

CONSUMIDOR

nudecon@defensoria.to.def.br | www.defensoria.to.def.br

Número XIII – Julho 2020

De todo modo, independentemente da via eleita pelo credor, a inscrição dos nomes dos devedores solidários em bancos de dados de proteção ao crédito, em razão do incontroverso inadimplemento do contrato, não se reveste de qualquer ilegalidade, tratando-se de exercício regular do direito de crédito.

Com efeito, a partir do inadimplemento das obrigações pactuadas pelo devedor, nasce para o credor uma série de prerrogativas, não apenas atreladas à satisfação do seu crédito em particular – do que é exemplo a excussão da garantia ou a cobrança da dívida –, mas também à proteção do crédito em geral no mercado de consumo. **(Informativo n° 671)**

PROCESSO	REsp 1.777.404-TO , Rel. Min. Nancy Andrighi, Terceira Turma, por unanimidade, julgado em 05/05/2020, DJe 11/05/2020
RAMO DO DIREITO	DIREITO CIVIL, DIREITO CONSTITUCIONAL
TEMA	Usucapião especial urbana. Imóvel de utilização mista. Residencial e comercial. Objeção não existente na legislação de regência.
DESTAQUE	

43

A destinação de parte do imóvel para fins comerciais não impede o reconhecimento da usucapião especial urbana sobre a totalidade da área.

INFORMAÇÕES DO INTEIRO TEOR

Cinge-se a discussão a determinar se a área de imóvel objeto de usucapião extraordinária deve ser usada somente para fins residenciais ou, ao contrário, se é possível usucapir imóvel que apenas em parte é destinado para fins comerciais.

A modalidade de usucapião de que trata este julgamento é mais conhecida como especial urbana, constitucional ou ainda *pro habitazione*, vem regulada na Constituição Federal de 1988, em seu art. 183, §§ 1º ao 3º e pelo Código Civil vigente, em seu art. 1240, §§ 1º e 2º, sendo regulamentada, de forma mais detalhada pelo Estatuto da Cidade.

A usucapião especial urbana apresenta como requisitos a posse ininterrupta e pacífica, exercida como dono, o decurso do prazo de cinco anos, a dimensão da área (250 m² para a modalidade individual e área superior a essa, na forma coletiva), a

CONSUMIDOR

nudecon@defensoria.to.def.br | www.defensoria.to.def.br

Número XIII – Julho 2020

moradia e o fato de não ser proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

No acórdão recorrido, considerou-se impossível declarar a usucapião de área utilizada para a bicicletaria operada pela família do recorrente, afirmando que apenas a porção do imóvel utilizada exclusivamente para sua moradia e de sua família poderia ser adquirida pela usucapião.

No entanto, o requisito da exclusividade no uso residencial não está expressamente previsto em nenhum dos dispositivos legais e constitucionais que dispõem sobre a usucapião especial urbana.

Assim, o uso misto da área a ser adquirida por meio de usucapião especial urbana não impede seu reconhecimento judicial, se a porção utilizada comercialmente é destinada à obtenção do sustento do usucapiente e de sua família.

Há, de fato, a necessidade de que a área pleiteada seja utilizada para a moradia do requerente ou de sua família, mas não se exige que esta área não seja produtiva, especialmente quando é utilizada para o sustento do próprio recorrente. **(Informativo nº 671)**

PROCESSO	REsp 1.720.656-MG , Rel. Min. Nancy Andrighi, Terceira Turma, por unanimidade, julgado em 28/04/2020, DJe 07/05/2020
RAMO DO DIREITO	DIREITO CIVIL, DIREITO DO CONSUMIDOR, DIREITO BANCÁRIO
TEMA	Compra e venda a prazo. Empresa do comércio varejista. Juros remuneratórios superiores a 1% ao mês. Impossibilidade. Instituição não financeira. Art. 2º da Lei n. 6.463/1977. Equiparação. Inviabilidade.

44

DESTAQUE

Instituição não financeira – dedicada ao comércio varejista em geral – não pode estipular, em suas vendas a crédito, pagas em prestações, juros remuneratórios superiores a 1% ao mês, ou a 12% ao ano.

INFORMAÇÕES DO INTEIRO TEOR

Inicialmente, no que se refere à Lei n. 6.463/1977, que torna obrigatória a

CONSUMIDOR

nudecon@defensoria.to.def.br | www.defensoria.to.def.br

Número XIII – Julho 2020

declaração de preço total nas vendas a prestação, observa-se que foi editada no contexto do esforço do Legislativo de combater a cobrança de juros remuneratórios extorsivos, oferecendo, à época, aos próprios consumidores, um meio de controle sobre a exigência de taxas usurárias e atribuindo os encargos da fiscalização e da regulação ao Ministério da Fazenda.

Contudo, a conversão do projeto de Lei n. 669/1963 na referida lei somente ocorreu em 1977, após a vigência da Lei n. 4.595/1964, que dispõe sobre a política monetária, dá competência ao Conselho Monetário Nacional para regulamentar o crédito em todas as suas modalidades, inclusive limitando as taxas de juros, não tendo havido atualização daquele projeto de lei quanto ao tema.

Assim, a previsão do art. 2º da Lei n. 6.463/1977 faz referência a um sistema obsoleto, em que a aquisição de mercadorias a prestação dependia da atuação do varejista como instituição financeira e no qual o controle dos juros estava sujeito ao escrutínio dos próprios consumidores e à regulação e fiscalização do Ministério da Fazenda.

Depois da Lei n. 4.595/1964, o referido art. 2º da Lei n. 6.463/1977 passou a não mais encontrar suporte fático apto a sua incidência, sendo, pois, ineficaz, não podendo ser interpretado extensivamente para permitir a equiparação dos varejistas a instituições financeiras e não autorizando a cobrança de encargos cuja exigibilidade a elas é restrita.

Com efeito, a cobrança de juros remuneratórios superiores aos limites estabelecidos pelo Código Civil de 2002 (art. 406 c/c art. 591) é excepcional e deve ser interpretada restritivamente.

Ademais, apenas às instituições financeiras, submetidas à regulação, controle e fiscalização do Conselho Monetário Nacional, é permitido cobrar juros acima do teto legal, conforme entendimento consolidado na Súmula 596/STF e precedente da 2ª Seção (AR 4.393/GO, Segunda Seção, DJe 14/04/2016).

Dessa forma, a Lei n. 6.463/1977 não é capaz de ensejar cobrança de juros remuneratórios superiores aos limites de 1% ao mês ou 12% ao ano nos contratos de compra e venda de mercadorias à prestação, uma vez que a possibilidade de pactuação pelas taxas médias de mercado é limitada às instituições financeiras. **(Informativo nº 671)**

45

PROCESSO

[REsp 1.774.372-RS](#), Rel. Min. Nancy Andrighi, Terceira Turma, por unanimidade, julgado em 05/05/2020, DJe 18/05/2020

RAMO DO DIREITO

DIREITO DO CONSUMIDOR

CONSUMIDOR

nudecon@defensoria.to.def.br | www.defensoria.to.def.br

Número XIII – Julho 2020

TEMA

Risco inerente ao medicamento. Dever de informar qualificado. Violação. Risco do desenvolvimento. Defeito de concepção. Fortuito interno. Responsabilidade objetiva do fabricante configurada.

DESTAQUE

O laboratório tem responsabilidade objetiva na ausência de prévia informação qualificada quanto aos possíveis efeitos colaterais da medicação, ainda que se trate do chamado risco de desenvolvimento.

INFORMAÇÕES DO INTEIRO TEOR

Cinge-se a controvérsia a definir a responsabilidade do laboratório por medicamento fabricado e comercializado, com exclusividade, que teria causado ao paciente o quadro compulsivo e incontrolável conhecido como jogo patológico, o qual, por sua vez, acarretou-lhe a dilapidação de todo o seu patrimônio.

Cabe ressaltar, de plano, a incidência do Código de Defesa do Consumidor, pois revela, em princípio, típica hipótese de acidente de consumo, mais especificamente de fato do produto, considerando a alegação de que o medicamento fabricado pelo laboratório não teria oferecido a segurança que dele legitimamente se podia esperar, em virtude da falta de esclarecimentos sobre os riscos relacionados ao seu uso, em especial, sobre o jogo patológico.

Não se desconhece que todo medicamento traz em si, em maior ou menor grau, riscos à saúde ou à segurança do consumidor, intrínsecos à sua essência, mas que são razoavelmente aceitos diante dos benefícios esperados.

Esse risco inerente ao produto comercializado impõe, em contrapartida, um dever de informar qualificado, exigindo o art. 9º do CDC que o fornecedor preste esclarecimentos ostensivos e adequados a respeito da sua nocividade ou periculosidade, sem prejuízo da adoção de outras medidas cabíveis em cada caso. A violação desse dever de informar qualificado está prevista no § 1º, II, do art. 12 do CDC como hipótese de defeito do produto, ensejando a responsabilidade objetiva do fornecedor pelo evento danoso dele decorrente.

Assim, o fato de o uso de um medicamento causar efeitos colaterais ou reações adversas, por si só, não configura defeito do produto, se o usuário foi prévia e devidamente informado e advertido sobre tais riscos inerentes, de modo a poder decidir, de forma livre, refletida e consciente, sobre o tratamento que lhe é prescrito, além de ter a possibilidade de mitigar eventuais danos que viessem a ocorrer em função dele.

CONSUMIDOR

nudecon@defensoria.to.def.br | www.defensoria.to.def.br

Número XIII – Julho 2020

Por sua vez, o risco do desenvolvimento, entendido como aquele que não podia ser conhecido ou evitado no momento em que o medicamento foi colocado em circulação, constitui defeito existente desde o momento da concepção do produto, embora não perceptível *a priori*, caracterizando hipótese de fortuito interno.

Dessa forma, o desconhecimento quanto à possibilidade de desenvolvimento do jogo patológico como reação adversa ao uso do medicamento subtraiu do paciente a capacidade de relacionar, de imediato, o transtorno mental e comportamental de controle do impulso ao tratamento médico ao qual estava sendo submetido, sobretudo por se tratar de um efeito absolutamente anormal e imprevisível para o consumidor leigo e desinformado. **(Informativo nº 671)**

PROCESSO	REsp 1.794.991-SE , Rel. Min. Nancy Andrighi, Terceira Turma, por unanimidade, julgado em 05/05/2020, DJe 11/05/2020
RAMO DO DIREITO	DIREITO DO CONSUMIDOR
TEMA	Compra pela <i>internet</i> . Falha grosseira no sistema de carregamento de preços. Valor muito aquém do praticado por outras empresas. Não conclusão da transação. Comunicação rápida ao consumidor. Princípio da vinculação da oferta (art. 30 do CDC). Não violação.

47

DESTAQUE

O erro sistêmico grosseiro no carregamento de preços e a rápida comunicação ao consumidor podem afastar a falha na prestação do serviço e o princípio da vinculação da oferta.

INFORMAÇÕES DO INTEIRO TEOR

Registra-se, de início, que o Código de Defesa do Consumidor não é somente um conjunto de artigos que protege o consumidor a qualquer custo. Antes de tudo, ele é um instrumento legal que pretende harmonizar as relações entre fornecedores e consumidores, sempre com base nos princípios da boa-fé e do equilíbrio contratual. Isso quer dizer que referida legislação é principiológica, não sendo sua principal função resolver todos os problemas que afetam os consumidores, numa fúria disciplinadora. Nela, em verdade, fizeram-se constar princípios fundamentais básicos, como a harmonia entre consumidor e fornecedor, a boa-fé e o equilíbrio nas relações

CONSUMIDOR

nudecon@defensoria.to.def.br | www.defensoria.to.def.br

Número XIII – Julho 2020

negociais, a interpretação mais favorável do contrato, dentre outros.

No caso, os consumidores promoveram a reserva de bilhetes aéreos com destino internacional a preço muito aquém do praticado por outras empresas aéreas, não tendo sequer havido a emissão dos bilhetes eletrônicos (*e-tickets*) que pudessem formalizar a compra.

Agrega-se o fato de que os valores sequer foram debitados do cartão de crédito e, em curto período, os consumidores receberam *e-mail* informando a não conclusão da operação.

Nesse contexto, é inadmissível que, diante de inegável erro sistêmico grosseiro no carregamento de preços, possa se reconhecer a falha da prestação dos serviços das empresas, que prontamente impediram o lançamento de valores na fatura do cartão de crédito utilizado, informando, ainda, com antecedência necessária ao voo, o cancelamento da operação. Por conseguinte, não há que se falar em violação do princípio da vinculação da oferta (art. 30 do CDC). **(Informativo nº 671)**

PROCESSO	REsp 1.685.098-SP , Rel. Min. Moura Ribeiro, Rel. Acđ. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, por unanimidade, julgado em 10/03/2020, DJe 07/05/2020
RAMO DO DIREITO	DIREITO DO CONSUMIDOR, DIREITO EMPRESARIAL
TEMA	Acionista minoritário de sociedade anônima de capital aberto. Investidor. Ações negociadas no mercado de valores mobiliários. Relação empresarial. Código de Defesa do Consumidor. Não incidência.

48

DESTAQUE

Não se aplica o Código de Defesa do Consumidor às relações entre acionistas investidores e a sociedade anônima de capital aberto com ações negociadas no mercado de valores mobiliários.

INFORMAÇÕES DO INTEIRO TEOR

Cinge-se a controvérsia a perquirir se incidentes, na relação entre o investidor acionista e a sociedade anônima, as regras protetivas do direito do consumidor, a ensejar, em consequência, a inversão do ônus da prova do pagamento

CONSUMIDOR

nudecon@defensoria.to.def.br | www.defensoria.to.def.br

Número XIII – Julho 2020

de dividendos pleiteado na via judicial

A jurisprudência desta Corte orienta-se pela teoria finalista ou subjetiva, segundo a qual releva, para efeitos de incidência das normas protetivas, a condição de destinatário final da pessoa física ou jurídica. Desse modo, segundo a teoria subjetiva ou finalista, destinatário final é aquele que ultima a atividade econômica, isto é, que retira de circulação do mercado o bem ou o serviço para consumi-lo, suprindo uma necessidade ou satisfação própria.

Em síntese, a característica distintiva da teoria finalista está no fato de o ato de consumo não integrar a atividade negocial visando ao lucro.

No caso, trata-se de aquisição de ações no mercado mobiliário, cujo objetivo primordial é obviamente a obtenção de lucro, a afastar a condição de consumidor do investidor acionista.

Embora a Súmula n. 297/STJ estabeleça que o Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras, não é possível identificar, na atividade de aquisição de ações, nenhuma prestação de serviço por parte da instituição financeira, mas relação de cunho puramente societário e empresarial.

A não adequação aos conceitos legais de consumidor e fornecedor descaracteriza a relação jurídica de consumo, afastando-a do âmbito de aplicação do Código de Defesa do Consumidor.

A propósito, vale citar o Enunciado n. 19 da I Jornada de Direito Comercial: "Não se aplica o CDC às relações entre sócios e acionistas ou entre eles e a sociedade".

Logo, afastada a relação de consumo do investidor, acionista minoritário de sociedade anônima, caberia a ele provar o fato constitutivo do seu direito, a teor do que dispõe o artigo 373 do Código de Processo Civil de 2015 ("O ônus da prova incumbe: I - ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito;"), sendo incabível a inversão do ônus da prova. **(Informativo n° 671)**

49

PROCESSO	REsp 1.730.682-SP , Rel. Min. Nancy Andrighi, Terceira Turma, por unanimidade, julgado em 05/05/2020, DJe 11/05/2020
RAMO DO DIREITO	DIREITO EMPRESARIAL
TEMA	Nota promissória. Disparidade de datas de vencimento. Defeito suprível. Lei Uniforme de Genebra - LUG. Arts. 6º, alínea 1ª e 76, alínea 1ª. Prevalência da data posterior. Presunção de vontade do emitente.

CONSUMIDOR

nudecon@defensoria.to.def.br | www.defensoria.to.def.br

Número XIII – Julho 2020

DESTAQUE

Diante da divergência entre as expressões numérica e por extenso da data de vencimento de nota promissória, deve-se presumir que a efetiva vontade do emitente das notas era a de que o vencimento se desse após a emissão, prevalecendo, assim, a segunda e mais futura data de vencimento.

INFORMAÇÕES DO INTEIRO TEOR

A controvérsia consiste em determinar se, diante da divergência entre as expressões numérica e por extenso da data de vencimento de nota promissória, deve prevalecer a data aposta por extenso na cártula, por aplicação analógica do art. 6º da Lei Uniforme de Genebra - LUG.

A norma do art. 6º, alínea 1ª, da LUG, considerou que divergências na expressão do valor da dívida deveriam dar ensejo à preservação da vontade presumida do emitente da cártula, estabelecida pela lei como a expressão por extenso ou a menos valiosa.

Assim, embora a LUG não tenha enfrentado a hipótese de divergência entre datas de vencimento da dívida, deve-se considerar que esse vício é um defeito suprável – haja vista que a data de vencimento não é pressuposto essencial da nota promissória, segundo o art. 76, alínea 1ª, da LUG –, cuja solução, decorrentes da disparidade entre a expressão numérica e a por extenso da data em que a dívida se torna exigível, deduzida da interpretação sistemática da norma, deve conduzir para a preservação da vontade presumida do emitente no momento da confecção do documento.

A nota promissória é um título de crédito próprio, e, como tal, se propõe à concessão de um prazo para o pagamento, distinto da data da emissão da cártula, de forma que não faz sentido a emissão de uma nota promissória com data de vencimento coincidente com a data de emissão.

Portanto, se a LUG não tem disposição expressa sobre a disparidade de expressões da data de vencimento da dívida, deve prevalecer a interpretação que empreste validade à manifestação de vontade cambial de uma promessa futura de pagamento, a qual, na nota promissória, envolve, necessariamente, a concessão de um prazo para a quitação da dívida.

Assim, se, entre duas datas de vencimento, uma coincide com a data de emissão do título – não existindo, assim, como se entrever uma operação de crédito –, deve prevalecer a data mais posterior, ainda que expressa numericamente, já que, por ser futura, admite ser presumida como a efetiva manifestação de vontade do emitente. **(Informativo nº 671)**

CONSUMIDOR

nudecon@defensoria.to.def.br | www.defensoria.to.def.br

Número XIII – Julho 2020

PROCESSO	AgInt no REsp 1.807.990-SP, Rel. Min. Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, por unanimidade, julgado em 20/04/2020, DJe 24/04/2020
RAMO DO DIREITO	DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL
TEMA	Ação civil pública. Plano de saúde. Demanda coletiva. Execução individual. Prazo prescricional específico. Prescrição quinquenal.

DESTAQUE

O prazo para execução individual de sentença proferida contra planos de saúde em ação civil pública é de cinco anos.

INFORMAÇÕES DO INTEIRO TEOR

"Na falta de dispositivo legal específico para a ação civil pública, aplica-se, por analogia, o prazo de prescrição da ação popular, que é o quinquenal (art. 21 da Lei n. 4.717/1965), adotando-se também tal lapso na respectiva execução, a teor da Súmula 150/STF. A lacuna da Lei n. 7.347/1985 é melhor suprida com a aplicação de outra legislação também integrante do microsistema de proteção dos interesses transindividuais, como os coletivos e difusos, a afastar os prazos do Código Civil, mesmo na tutela de direitos individuais homogêneos (pretensão de reembolso dos usuários de plano de saúde que foram obrigados a custear lentes intraoculares para a realização de cirurgias de catarata)" (REsp 1473846/SP, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 21/2/2017, DJe 24/2/2017).

Assim, a despeito da existência de recurso especial julgado sob o rito dos recursos repetitivos sobre a prescrição trienal para ações de cobrança contra plano de saúde, nota-se que esse versou sobre as ações ordinárias individuais, de modo que o entendimento referente à aplicação do prazo quinquenal às tutelas coletivas é específico e, conseqüentemente, prevalece no caso. **(Informativo nº 670)**

51

PROCESSO

[REsp 1.771.169-SC](#), Rel. Min. Nancy Andrighi, Terceira Turma, por unanimidade, julgado em 26/05/2020, DJe 29/05/2020

CONSUMIDOR

nudecon@defensoria.to.def.br | www.defensoria.to.def.br

Número XIII – Julho 2020

RAMO DO DIREITO

DIREITO CIVIL, DIREITO DO CONSUMIDOR

TEMAMorte de paciente atendido em hospital particular conveniado ao SUS. Responsabilidade civil dos médicos. Prestação de serviço público indivisível e universal (*uti universi*). Art. 1º-C da Lei n. 9.494/1997. Prazo prescricional quinquenal.**DESTAQUE**

Na hipótese de responsabilidade civil de médicos pela morte de paciente em atendimento custeado pelo SUS incidirá o prazo do art. 1º-C da Lei n. 9.494/1997, segundo o qual prescreverá em cinco anos a pretensão de obter indenização

INFORMAÇÕES DO INTEIRO TEOR

Segundo estabelecem os arts. 196 e seguintes da CF/1988, a saúde, direito fundamental de todos, é dever do Estado, cabendo à iniciativa privada participar, em caráter complementar (art. 4º, § 2º, da Lei n. 8.080/1990), do conjunto de ações e serviços que visem favorecer o acesso universal e igualitário às atividades voltadas a sua promoção, proteção e recuperação, constituindo um sistema único – o SUS.

A participação complementar da iniciativa privada na execução de ações e serviços de saúde se formaliza mediante contrato ou convênio com a administração pública (parágrafo único do art. 24 da Lei n. 8.080/1990), nos termos da Lei n. 8.666/1990 (art. 5º da Portaria n. 2.657/2016 do Ministério da Saúde), utilizando-se como referência, para efeito de remuneração, a Tabela de Procedimentos do SUS (§ 6º do art. 3º da Portaria n. 2.657/2016 do Ministério da Saúde).

Quando prestado diretamente pelo Estado, no âmbito de seus hospitais ou postos de saúde, ou quando delegado à iniciativa privada, por convênio ou contrato com a administração pública, para prestá-lo às expensas do SUS, o serviço de saúde constitui serviço público social.

A participação complementar da iniciativa privada – seja das pessoas jurídicas, seja dos respectivos profissionais – na execução de atividades de saúde caracteriza-se como serviço público indivisível e universal (*uti universi*), o que afasta, por conseguinte, a incidência das regras do CDC.

Dessa forma, afastada a incidência do art. 27 do CDC, tem-se a aplicação, na espécie, do art. 1º-C da Lei n. 9.494/1997, segundo o qual prescreverá em cinco anos o direito de obter indenização dos danos causados pelos agentes de pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos.

Ainda, as Turmas que compõem a Segunda Seção firmaram o entendimento de

CONSUMIDOR

nudecon@defensoria.to.def.br | www.defensoria.to.def.br

Número XIII – Julho 2020

que "tal norma (art. 1º-C da Lei n. 9.494/1997), por ter natureza especial, destinando-se clara e especificamente aos danos causados por agentes de pessoas jurídicas de direito público ou privado prestadoras de serviços públicos, não foi revogada, expressa ou tacitamente, pelo art. 206, § 3º, V, do CC/2002, de natureza geral", e de que "o Poder Judiciário, na sua atividade de interpretação e de aplicação da lei, têm considerado o prazo de 5 (cinco) anos mais adequado e razoável para a solução de litígios relacionados às atividades do serviço público, sob qualquer enfoque" (REsp 1.083.686/RJ, Quarta Turma, julgado em 15/08/2017, DJe de 29/08/2017). **(Informativo nº 672)**

PROCESSO	REsp 1.758.858-SP , Rel. Min. Nancy Andrighi, Terceira Turma, por unanimidade, julgado em 19/05/2020, DJe 25/05/2020
RAMO DO DIREITO	DIREITO COMERCIAL, DIREITO REGISTRAL
TEMA	Decisão judicial que permite a averbação de protesto na matrícula de um imóvel. Mera publicidade da manifestação de vontade do promovente. Ausência de efeitos sobre as relações jurídicas e direitos. Embargos de terceiro. Recurso incabível.
DESTAQUE	

53

Não são cabíveis embargos de terceiro para desconstituir decisão judicial que permite a averbação de protesto na matrícula de um imóvel.

INFORMAÇÕES DO INTEIRO TEOR

Cinge-se a controvérsia ao cabimento de embargos de terceiro contra a decisão que defere o pedido de averbação do protesto contra a alienação de bens na matrícula do imóvel.

Sobre o tema, vale esclarecer que os embargos de terceiro são remédio processual à disposição do terceiro prejudicado por um esbulho judicial, o qual se configura quando a atuação jurisdicional alcança bens que excedam os limites patrimoniais da obrigação exigida.

Entretanto, o protesto é medida judicial destinada a comprovar ou documentar uma manifestação formal de vontade do promovente, o qual busca, por meio de referido procedimento, comunicar a terceiros interessados sua intenção de fazer atuar no mundo jurídico uma determinada pretensão. Desse modo, o protesto, por si mesmo, não modifica relações jurídicas, servindo apenas ao desiderato de dar publicidade a uma comunicação de intenções do promovente.

CONSUMIDOR

nudecon@defensoria.to.def.br | www.defensoria.to.def.br

Número XIII – Julho 2020

Portanto, a averbação do protesto contra a alienação de bens na matrícula do imóvel não cumpre outro propósito senão o de dar a efetiva publicidade da manifestação de vontade do promovente, sem diminuir ou acrescentar direitos das partes interessadas, tampouco constituir efetivo óbice à negociação ou à escrituração da compra e venda.

Com efeito, como os embargos de terceiro destinam-se à desconstituição de uma apreensão judicial de um bem, observa-se que os embargos de terceiro não são o procedimento adequado à obtenção do registro da escritura da compra e venda de imóvel –, eis que ausente o esse pressuposto essencial de seu cabimento. **(Informativo nº 672)**

SEGUNDA SEÇÃO

PROCESSO	REsp 1.756.283-SP , Rel. Min. Luis Felipe Salomão, Segunda Seção, por unanimidade, julgado em 11/03/2020, DJe 03/06/2020
RAMO DO DIREITO	DIREITO CIVIL, DIREITO DO CONSUMIDOR
TEMA	Plano de saúde ou seguro saúde. Reembolso de despesas médico-hospitalares previstas em cláusula contratual. Prazo prescricional decenal.

DESTAQUE

É decenal o prazo prescricional aplicável ao exercício da pretensão de reembolso de despesas médico-hospitalares alegadamente cobertas pelo contrato de plano de saúde (ou de seguro saúde), mas que não foram adimplidas pela operadora.

INFORMAÇÕES DO INTEIRO TEOR

Inicialmente, ressalta-se que, consoante a jurisprudência do STJ, não incide a prescrição anual própria das relações securitárias nas demandas em que se discutem direitos oriundos de planos de saúde ou de seguros saúde, dada a natureza *sui generis* desses contratos.

A presente pretensão reparatória também não se confunde com aquela voltada à repetição do indébito decorrente da declaração de nulidade de cláusula contratual (estipuladora de reajuste por faixa etária), que foi debatida pela Segunda Seção, por ocasião do julgamento dos Recursos Especiais 1.361.182/RS e 1.360.969/RS, que observaram o rito dos repetitivos. Destaca-se que a *ratio decidendi* dos recursos especiais citados teve como parâmetros: (a) a revisão de cláusula contratual de plano ou de seguro de assistência à saúde tida por abusiva, com a repetição do indébito dos valores pagos (fatos relevantes da causa); e (b) a consequência lógica do reconhecimento do caráter ilegal

CONSUMIDOR

nudecon@defensoria.to.def.br | www.defensoria.to.def.br

Número XIII – Julho 2020

ou abusivo do contrato é a perda da causa que legitimava o seu pagamento, dando ensejo ao enriquecimento sem causa e direito à restituição dos valores pagos indevidamente, e, como resultado, atrai a incidência do prazo prescricional trienal previsto no art. 206, § 3º, IV, do Código Civil de 2002 (motivos jurídicos determinantes que conduziram à conclusão).

Assim, em havendo pontos de fato e de direito que diferenciam o presente caso da hipótese de incidência delineada nos recursos piloto, não há falar em tipificação do comando normativo posto, devendo-se afastar, por conseguinte, o prazo trienal com fundamento no enriquecimento sem causa.

De outro lado, revela-se evidente que a hipótese dos autos encontra-se mesmo compreendida pela exegese adotada pela Segunda Seção e na Corte Especial, quando dos julgamentos dos EREsp 1.280.825/RJ e EREsp 1.281.594/SP respectivamente, no sentido de que, nas controvérsias relacionadas à responsabilidade contratual, aplica-se a regra geral (art. 205 do Código Civil de 2002) que prevê dez anos de prazo prescricional.

Assim, diante da inexistência de norma prescricional específica que abranja o exercício da pretensão de reembolso de despesas médico-hospitalares supostamente cobertas pelo contrato de plano de saúde (que não se confunde com a pretensão de ressarcimento de enriquecimento sem causa), deve incidir a regra da prescrição decenal estabelecida no art. 205 do Código Civil de 2002. **(Informativo nº 673)**

55

PROCESSO	REsp 1.786.722-SP , Rel. Min. Nancy Andrighi, Terceira Turma, por unanimidade, julgado em 09/06/2020, DJe 12/06/2020
RAMO DO DIREITO	DIREITO CIVIL
TEMA	Acidente em linha férrea. Transporte de passageiros. Responsabilidade civil objetiva. Art. 734 do CC/2002. Teoria do risco criado. Art. 927, parágrafo único, do CC/2002. Ato de vandalismo que resulta no rompimento de cabos elétricos de vagão de trem. Rompimento donexo causal. Inocorrência. Padrões mínimos de qualidade no exercício da atividade de risco. Fortuito interno.
DESTAQUE	

O ato de vandalismo que resulta no rompimento de cabos elétricos de vagão de trem não exclui a responsabilidade da concessionária/transportadora, pois cabe a ela cumprir protocolos de atuação para evitar tumulto, pânico e submissão dos passageiros a mais situações de perigo.

CONSUMIDOR

nudecon@defensoria.to.def.br | www.defensoria.to.def.br

Número XIII – Julho 2020

INFORMAÇÕES DO INTEIRO TEOR

Cinge-se a controvérsia a definir se o acidente na linha férrea, evento causador do dano moral sofrido pelo passageiro se enquadra nos riscos inerentes aos serviços prestados pela empresa de transporte, ou se se encontra fora desses riscos, caracterizando um fortuito externo, apto a afastar sua responsabilidade objetiva.

O CC/2002 determinou que a natureza jurídica da responsabilidade civil do transportador é objetiva, nos termos do art. 734, de modo que, sobrevindo dano ao passageiro ou à sua bagagem durante a execução do contrato, fica aquele obrigado a indenizar, independentemente de culpa, salvo se demonstrada a ocorrência de certas excludentes de responsabilidade.

Na responsabilidade civil objetiva, os danos deixam de ser considerados acontecimentos extraordinários, ocorrências inesperadas e atribuíveis unicamente à fatalidade ou à conduta (necessariamente no mínimo) culposa de alguém, para se tornarem consequências, na medida do possível, previsíveis e até mesmo naturais do exercício de atividades inerentemente geradoras de perigo, cujos danos demandam, por imperativo de solidariedade e justiça social, a adequada reparação.

Para a responsabilidade objetiva da teoria do risco criado, adotada pelo art. 927, parágrafo único, do CC/2002, o dever de reparar exsurge da materialização do risco – da inerente e inexorável potencialidade de qualquer atividade lesionar interesses alheios – em um dano; da conversão do perigo genérico e abstrato em um prejuízo concreto e individual. Assim, o exercício de uma atividade obriga a reparar um dano, não na medida em que tenha sido culposa (ou dolosa), porém na medida em que tenha sido causal.

Anota-se que a exoneração da responsabilidade objetiva ocorre com o rompimento do nexo causal, sendo que, no fato de terceiro, pouco importa que o ato tenha sido doloso ou culposos, sendo unicamente indispensável que ele tenha sido a única e exclusiva causa do evento lesivo, isto é, que se configure como causa absolutamente independente da relação causal estabelecida entre o dano e o risco do serviço.

Ademais, na teoria do risco criado, somente o fortuito externo, a impossibilidade absoluta – em qualquer contexto abstrato, e não unicamente em uma situação fática específica – de que o risco inerente à atividade tenha se concretizado no dano, é capaz de romper o nexo de causalidade, isentando, com isso, aquele que exerce a atividade da obrigação de indenizar.

Registra-se que o conceito de fortuito interno reflete um padrão de comportamento, um *standard* de atuação, que nada mais representa que a fixação de um quadrante à luz das condições mínimas esperadas do exercício profissional, que deve ser essencialmente dinâmico, e dentro das quais a concretização dos riscos em dano é atribuível àquele que exerce a atividade.

Assim, se a conduta do terceiro, mesmo causadora do evento danoso, coloca-se nos lindes do risco do transportador, mostrando-se ligada à sua atividade, então não

CONSUMIDOR

nudecon@defensoria.to.def.br | www.defensoria.to.def.br

Número XIII – Julho 2020

configura fortuito interno, não se excluindo a responsabilidade.

O contrato de transporte de passageiros envolve a chamada cláusula de incolumidade, segundo a qual o transportador deve empregar todos os expedientes que são próprios da atividade para preservar a integridade física do passageiro contra os riscos inerentes ao negócio, durante todo o trajeto, até o destino final da viagem.

Na hipótese, o ato de vandalismo não foi a causa única e exclusiva da ocorrência do abalo moral sofrido pelo passageiro, pois outros fatores, como o tumulto decorrente da falta de informações sobre a causa, a gravidade e as precauções a serem tomadas pelos passageiros diante das explosões elétricas no vagão de trem que os transportava, aliada à falta de socorro às pessoas que se jogavam nas vias férreas, contribuíram para as lesões reportadas.

Dessa forma, a incolumidade dos passageiros diante de eventos inesperados, mas previsíveis, como o rompimento de um cabo elétrico, encontra-se indubitavelmente inserida nos fortuitos internos da prestação do serviço de transporte, pois o transportador deve possuir protocolos de atuação para evitar o tumulto, o pânico e a submissão dos passageiros a mais situações de perigo, como ocorreram com o rompimento dos lacres das portas de segurança dos vagões e o posterior salto às linhas férreas de altura considerável, e duas estações de parada. **(Informativo nº 673)**

57

PROCESSO	HC 574.495-SP , Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, por unanimidade, julgado em 26/05/2020, DJe 01/06/2020
RAMO DO DIREITO	DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL
TEMA	Obrigação alimentícia. Inadimplemento. Prisão civil. Suspensão temporária. Excepcionalidade. Pandemia (covid-19).

DESTAQUE

Em virtude da pandemia causada pelo coronavírus (covid-19), admite-se, excepcionalmente, a suspensão da prisão dos devedores por dívida alimentícia em regime fechado.

INFORMAÇÕES DO INTEIRO TEOR

A pandemia de covid-19 foi declarada publicamente pela Organização Mundial da

CONSUMIDOR

nudecon@defensoria.to.def.br | www.defensoria.to.def.br

Número XIII – Julho 2020

Saúde - OMS - em 11 de março de 2020. Com base nessa realidade, o Conselho Nacional de Justiça editou a Recomendação CNJ n. 62/2020, que no seu artigo 6º recomenda "aos magistrados com competência cível que considerem a colocação em prisão domiciliar das pessoas presas por dívida alimentícia, com vistas à redução dos riscos epidemiológicos e em observância ao contexto local de disseminação do vírus".

Ao aprofundar a reflexão sobre o tema, percebe-se que assegurar aos presos por dívidas alimentares o direito à prisão domiciliar é medida que não cumpre o mandamento legal e que fere, por vias transversas, a própria dignidade do alimentando.

Assim, não há falar na relativização da regra do art. 528, §§ 4º e 7º, do Código de Processo Civil de 2015, que autoriza a prisão civil do alimentante em regime fechado quando devidas até 3 (três) prestações anteriores ao ajuizamento da execução e as que se vencerem no curso do processo. Válido consignar que a lei federal incorporou ao seu texto o teor da Súmula 309/STJ ("O débito alimentar que autoriza a prisão civil do alimentante é o que compreende as três prestações anteriores ao ajuizamento da execução e as que se vencerem no curso do processo").

Por esse motivo, não é plausível substituir o encarceramento pelo confinamento social, o que, aliás, já é a realidade da maioria da população, isolada em prol do bem-estar de toda a coletividade.

Nesse sentido, diferentemente do que assentado em recentes precedentes desta Corte (HC 566.897/PR, Rel. Min. Nancy Andrighi, DJe 19/3/2020, e HC 568.021/CE, Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, DJe 25/03/2020), que aplicaram a Recomendação n. 62 do CNJ, afasta-se a possibilidade de prisão domiciliar dos devedores de dívidas alimentares para apenas suspender a execução da medida enquanto pendente o contexto pandêmico mundial.

Portanto, a excepcionalidade da situação emergencial de saúde pública permite o diferimento provisório da execução da obrigação cível enquanto pendente a pandemia. A prisão civil suspensa terá seu cumprimento no momento processual oportuno, já que a dívida alimentar remanesce íntegra, pois não se olvida que, afinal, também está em jogo a dignidade do alimentando, em regra, vulnerável. **(Informativo nº 673)**

PROCESSO

[REsp 1.815.796-RJ](#), Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, por unanimidade, julgado em 26/05/2020, DJe 09/06/2020

RAMO DO DIREITO

DIREITO CIVIL, DIREITO DO CONSUMIDOR

TEMA

Plano de saúde. Tratamento quimioterápico. Prognóstico de falência ovariana como seqüela. Criopreservação dos óvulos. Necessidade de minimização dos efeitos colaterais do

CONSUMIDOR

nudecon@defensoria.to.def.br | www.defensoria.to.def.br

Número XIII – Julho 2020

não prejudicar). Obrigação de cobertura do procedimento até a alta da quimioterapia. Possibilidade.

DESTAQUE

É devida a cobertura, pela operadora de plano de saúde, do procedimento de criopreservação de óvulos de paciente fértil, até a alta do tratamento quimioterápico, como medida preventiva à infertilidade.

INFORMAÇÕES DO INTEIRO TEOR

Cinge-se a controvérsia sobre a obrigação de a operadora de plano de saúde custear o procedimento de criopreservação de óvulos de paciente oncológica jovem sujeita a quimioterapia, com prognóstico de falência ovariana, como medida preventiva à infertilidade.

Nos termos do art. 10, inciso III, da Lei n. 9.656/1998, não se inclui entre os procedimentos de cobertura obrigatória a "inseminação artificial", compreendida nesta a manipulação laboratorial de óvulos, dentre outras técnicas de reprodução assistida (cf. RN ANS 387/2016).

Nessa linha, segundo a jurisprudência do STJ, não caberia a condenação da operadora de plano de saúde a custear criopreservação como procedimento inserido num contexto de mera reprodução assistida.

O caso concreto, porém, revela a necessidade de atenuação dos efeitos colaterais, previsíveis e evitáveis, da quimioterapia, dentre os quais a falência ovariana, em atenção ao princípio médico "*primum, non nocere*" e à norma que emana do art. 35-F da Lei n. 9.656/1998, segundo a qual a cobertura dos planos de saúde abrange também a prevenção de doenças, no caso, a infertilidade.

Nessa hipótese, é possível a manutenção da condenação da operadora à cobertura de parte do procedimento pleiteado, como medida de prevenção para a possível infertilidade da paciente, cabendo à beneficiária arcar com os eventuais custos do procedimento a partir da alta do tratamento quimioterápico.

Ressalte-se a distinção entre o caso dos autos, em que a paciente é fértil e busca a criopreservação como forma de prevenir a infertilidade, daqueles em que a paciente já é infértil, e pleiteia a criopreservação como meio para a reprodução assistida, casos para os quais não há obrigatoriedade de cobertura. **(Informativo nº 673)**

PROCESSO

REsp 1.701.824-RJ, Rel. Min. Nancy Andrighi, Terceira

CONSUMIDOR

nudecon@defensoria.to.def.br | www.defensoria.to.def.br

Número XIII – Julho 2020

	Turma, por unanimidade, julgado em 09/06/2020, DJe 12/06/2020
RAMO DO DIREITO	DIREITO PROCESSUAL CIVIL
TEMA	Cumprimento de sentença. Pagamento voluntário. Não ocorrência. Honorários advocatícios. Acréscimo de 10% (dez por cento). Art. 523, § 1º, do CPC/2015. Relativização. Impossibilidade.

DESTAQUE

O acréscimo de 10% (dez por cento) de honorários advocatícios, previsto pelo art. 523, § 1º, do CPC/2015, quando não ocorrer o pagamento voluntário no cumprimento de sentença, não admite relativização.

INFORMAÇÕES DO INTEIRO TEOR

As alterações realizadas pelo CPC/2015 na disciplina da fixação dos honorários advocatícios já foram objeto de debate na Segunda Seção desta Corte Superior, que concluiu que, dentre as alterações, o novo Código reduziu, visivelmente, a subjetividade do julgador, restringindo as hipóteses nas quais cabe a fixação dos honorários de sucumbência por equidade.

Isso porque, enquanto no CPC/1973 a fixação equitativa da verba era possível nas causas de pequeno valor, nas de valor inestimável, naquelas em que não houvesse condenação ou fosse vencida a Fazenda Pública e nas execuções, embargadas ou não (art. 20, § 4º). Reconheceu-se que no CPC/2015 tais hipóteses são restritas, havendo ou não condenação, às causas em que o proveito econômico foi inestimável, ou irrisório, ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo (art. 85, § 8º).

Nesse contexto, no cumprimento de sentença, nos termos do art. 523, § 1º, do CPC/2015, não ocorrendo o pagamento voluntário do débito no prazo de 15 (quinze) dias, o mesmo será acrescido de multa de 10% (dez por cento) e de honorários de advogado no percentual de 10% (dez por cento).

Assim, vencido o prazo sem pagamento do valor devido, haverá acréscimo, por força de lei, da multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito atualizado, mais honorários advocatícios que o julgador deverá fixar, nos termos da lei, também em 10% (dez por cento) sobre o valor devido.

CONSUMIDOR

nudecon@defensoria.to.def.br | www.defensoria.to.def.br

Número XIII – Julho 2020

Com efeito, a lei não deixou dúvidas quanto ao percentual de honorários advocatícios a ser acrescido ao débito nas hipóteses de ausência de pagamento voluntário. Diz-se: o percentual de 10% (dez por cento) foi expressamente tarifado em lei. (Informativo nº 673)

▪ DOUTRINA

- a) Teoria da imprevisão e a MP 948: Um viés consumerista” (REIS, Tiago Barbosa; SANTANA, Guilherme Mazarello N. de) – Abordagem quanto às alterações das obrigações relacionais em razão da pandemia no setor de turismo e os reflexos protecionistas aos fornecedores ante o disposto na Medida Provisória nº 948/2020 – [Acesse aqui](#)
- a) Consequências Jurídicas do Coronavírus (COVID-19)” (LEITE, Gisele) – Visa colacionar todas as possíveis consequências jurídicas em razão da pandemia do novo coronavírus – [Acesse aqui](#)
- b) Os contratos bancários em tempos de covid-19. (SANTOS, Evaristo Aragão) – [Acesse aqui](#)